



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

BRUNA CRISTINA LIMA NASCIMENTO

**“TUDO PELA PÁTRIA E NADA SEM DEUS”:
A RESTRUTURAÇÃO E REAPROXIMAÇÃO
ENTRE O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA
NA PARAÍBA (1930-1937)**

Campina Grande/PB

2019

BRUNA CRISTINA LIMA NASCIMENTO

**“TUDO PELA PÁTRIA E NADA SEM DEUS”: A RESTRUTURAÇÃO E
REAPROXIMAÇÃO ENTRE O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA NA PARAÍBA
(1930-1937)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Campina Grande como requisito para a formação de Mestre em História, sob a orientação do professor Doutor João Marcos Leitão.

BRUNA CRISTINA LIMA NASCIMENTO

**“TUDO PELA PÁTRIA E NADA SEM DEUS”: A RESTRUTURAÇÃO E
REAPROXIMAÇÃO ENTRE O ESTADO E A IGREJA CATÓLICA NA PARAÍBA
(1930-1937)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Campina Grande como requisito para a formação de Mestre em História, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Marcos Leitão (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. Dr. José de Sousa Pereira Junior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof. Dr. Iordan Queiroz Gomes (Examinador Externo)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Campina Grande, 2019

Deus, Pátria e Família é a trindade indissolúvel
na vida social e ponto de partida de civilização
humana.
(Plínio Salgado)

AGRADECIMENTOS

GRATIDÃO! Quero deixar registrado aqui meu sentimento de gratidão a tantos que de maneira direta ou indireta me ajudaram a chegar a esse momento.

Ao meu Criador (Deus), pelo dom da vida, sou a expressão da infinita criação em um mundo de infinitas possibilidades, assim, estou em processo para e tornar a melhor versão de mim mesma, com fé vendo o invisível para alcançar o incrível.

As minhas filhas (Olivia e Helena) por ensinar todos os dias que preciso ser uma pessoa melhor, elas que são a razão da minha força, arrancam de dentro de mim os sentimentos mais puros e eternos, muito obrigada por todos os sorrisos e abraços que me dão, é o meu combustível para a vida!

A minha mãe (Fátima), meu irmão (Tadeu), minha cunhada (Pepita) e meus sobrinhos (Nicolas e Augusto) que são minha família, que é a base de tudo, me ajuda, me sustenta me dá forças para continuar a jornada, meu muito obrigada.

Ao meu companheiro (Rumenigg), a quem desabafo mais intimamente meus problemas, meus medos e minhas dificuldades, no decorrer desse mestrado muitas vezes passou pela minha mente desistir, mas ele sempre me apoiou, nunca duvidou da minha capacidade de vencer na vida, e sei que juntos vencemos. Meu amor muito obrigada por me manter nas horas que mais precisei, por pagar minhas passagens, minhas xerox e me entender quando muitas vezes desabafei.

Aos amigos que o mestrado me deu: Thuca e Alberto, que sempre me enviavam mensagens preocupados comigo, pois durante o mestrado fiquei grávida da minha filha Helena e a amizade de vocês, me dando palavras de apoio e compreensão me ajudaram a prosseguir esse caminho, agradeço todo apoio de coração e me alegro pelas defesas de vocês, pois sei das dificuldades que cada um enfrentou. Somos vencedores!!!!

Ao meu compadre Alan, que sempre dedica uma horinha do seu tempo para falar comigo e saber como estou, me dando palavras de incentivos, ouvindo minhas angústias e dificuldades. Deus o abençoe sempre, você é um guerreiro e tenho muito orgulho de nossos laços fraternos.

Ao meu super. orientador João Marcos, não sei por onde começar a agradecer... primeiramente por ter me escolhido em meio a tantos projetos, você me escolheu, me fez sua orientanda, foi a paciência em pessoa comigo (principalmente na minha gravidez, me deixando sempre a vontade para fazer as coisas em meu

tempo), nunca vou esquecer os sorrisos ao me ver entrando em sua sala, e as palavras de incentivo para que eu não possa desistir, se hoje estou aqui nessa defesa tenho que agradecer a sua compreensão durante todo esse processo, você mesmo vendo minhas dificuldades não desistiu de mim, me emociono ao lembrar todas as vezes que pensei em desistir por não conseguir enxergar uma saída(trabalhar, ser mãe, ser mulher e ser estudante não é fácil, mas não é impossível) quando pensei que o muro era alto demais para uma baixinha, ao meu lado existiram pessoas que me levantaram para ver além das barreiras.

Ao Dr. Iordan Gomes por aceitar participar dessa banca examinadora, sinto-me horada por sua contribuição nesse momento, você que esteve na minha banca da graduação e hoje está presente em mais um degrau nessa jornada acadêmica, fica aqui registrado meu respeito e admiração pelo profissional que você é. Gratidão!

Ao Dr. José Junior, membro dessa banca, profissional admirável, sempre foi meu espelho na vida acadêmica, sua humanidade com seus alunos é incrível, marca de sua personalidade, foi meu orientador na graduação e posso dizer com muito orgulho que é meu amigo! Agradeço por anos de amizade e incentivo, sempre esteve ao meu lado nos momentos bons e nas tempestades, sempre me dá um “Bom dia, de paz e luz!”, as vezes na minha correria esqueço de retribuir, mas não deixe de me dá rrsrrs porque para mim é importante saber que lembra mim. Muito obrigada meu amigo por tudo!

Enfim, a gratidão é a maior medida de caráter de uma pessoa, nem todos os dias precisam ser bons, alguns dias são só dias. Mas em tudo sou grata!

RESUMO

Nesta pesquisa, objetivamos problematizar como a Igreja Católica Romana no Estado da Paraíba, se adaptou as mudanças a partir do período republicano, mas especificamente a Era Vargas, tendo como personagem o arcebispo Dom Aducto de Miranda Henriques, que influenciou os católicos durante o período de transição de governo, mesmo em meio a críticas o mesmo não deixou de ser símbolo de poder religioso no Estado da Paraíba, ao contrário fortaleceu-se. A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a leitura das cartas pastorais escritas pelo Dom Aducto, assim como artigos publicados no jornal “A Imprensa”, órgão literário pertencente a Igreja Católica paraibana, investigamos também artigos do jornal “A União”, entre os períodos de 1930 a 1937. Utilizaremos na pesquisa leituras no campo da “História Política” e da “História das Religiões” para dá suporte teórico e bibliográfico.

Palavras-chaves: Catolicismo no Brasil; Imprensa Católica Paraibana; Jornal A União; Dom Aducto de Miranda.

ABSTRACT

In this research, we aim to problematize how the Roman Catholic Church in the State of Paraíba, adapted the changes from the republican period, but specifically the Vargas Era, having as character the Archbishop Aducto de Miranda Henriques, who influenced Catholics during the period of transitional government, even amid criticism it has not ceased to be a symbol of religious power in the state of Paraíba, unlike strengthened themselves. The methodology used in this research was the reading of the pastoral letters written by Archbishop Aducto, as well as articles published in the newspaper “A Imprensa” (The Press – in English), a literary organ belonging to the Catholic Church of Paraíba; we also investigated articles from the newspaper “A União” (The Union – in English), from 1930 to 1937. We will use readings in the field of “Political History” and “History of Religions” for theoretical and bibliographical support.

Keywords: Catholicism in Brazil; Paraiban Catholic Press; The Union Journal; Archbishop Aducto de Miranda.

LISTA DE ICONOGRAFIAS

FIGURA 1 – PRIMEIRA PÁGINA DA CARTA PASTORAL DEUS E A PÁTRIA PUBLICADA EM 1908.....	21
FIGURA 2 – PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL A UNIÃO, 14 DE JANEIRO 1930.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	19
“DEUS E A PÁTRIA”: CHOQUES E CONSONÂNCIAS ENTRE A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO.....	19
1.1 Década de 30: Tramas políticas na Paraíba.....	34
1.2 Fé e Poder: cenário religioso na Paraíba entre 1930 e 1937.....	41
CAPÍTULO II	49
“A BOA E MÁ IMPRENSA”: REFLEXÕES SOBRE O JORNAL “A IMPRENSA CATÓLICA” E “A UNIÃO” NA PARAÍBA.....	49
2.1 “A união”: Impresso oficial do Estado da Paraíba.....	54
2.2 Jornal “A Imprensa”: uma crônica viva do cotidiano social, político e religioso da Paraíba no século XX.....	62
CAPÍTULO III.....	70
DISCURSO NORMATIZANTE: A CONCEPÇÃO ADAUTIANA SOBRE O COMUNISMO NA PARAÍBA.....	70
3.1 “Nossa bandeira nunca será vermelha”: o anticomunismo no Brasil.....	75
3.2 Dom Aducto: Discurso sobre o anticomunismo na Paraíba.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	89
FONTES.....	95

INTRODUÇÃO

Dentre as razões que um homem ou uma mulher pode se sentir atraído pela ciência, Thomas Kuhn (1998, p.61) destaca “o desejo de ser útil, a excitação advinda da exploração de um novo território, a esperança para encontrar ordem e o impulso para testar o conhecimento estabelecido”. São esses mesmos motivos que nos impulsionaram a realizar essa pesquisa a partir do ponto de intersecção entre a Igreja e a comunicação, mais precisamente a imprensa.

O percurso dessa temática se iniciou no final da graduação, a ter contato com as cartas pastorais publicadas pelo primeiro Arcebispo da Paraíba, entre os anos de 1894 a 1935, dentre essas cartas foi escolhida apenas uma para construção do trabalho de conclusão de curso a qual tinha por título: “NAS TECITURAS DO PODER: A CONSTRUÇÃO DA “BOA IMPRENSA” ATRAVÉS DAS CARTAS PASTORAIS POR DOM ADAUCTO DE MIRANDA NA PARAÍBA- (1890-1928)”, defendida em 2016 na Universidade Estadual da Paraíba, Campus Campina Grande. O contato com essas fontes e durante a pesquisa do TCC, fez surgir algumas lacunas a qual ampliou a temática nos levando ao projeto para o mestrado, resultando na atual pesquisa.

Ao estudar a década de 30 percebemos que, emergem experiências embrionárias que constituíram os processos de consolidação da imprensa católica brasileira e fixaram na sua história personagens que se destacaram pela força de pensamento e atuação.

Nosso título “Tudo pela Pátria e nada sem Deus”, é referência à Carta Pastoral¹ com a mesma titulação publicada no ano de 1917, a qual o arcebispo paraibano exortava seus fiéis, para os perigos dos “inimigos da Pátria e da República que desdenham dos direitos de Deus sobre a sociedade.” O uso dos conceitos de reestruturação e reaproximação, sintetiza a ideia central do nosso trabalho, que remete ao caráter de adaptabilidade das instituições católicas frente as mudanças dos padrões culturais e da dinâmica social.

¹ Essas Cartas Pastorais foram publicadas, na íntegra, no jornal *A Imprensa*, de 07 de julho de 1918. Enquanto o Papa se dirigia aos bispos por meio das *Cartas Encíclicas*, eles, por sua vez, usavam as *Cartas Pastorais* para fazer com que chegassem as posições doutrinárias provenientes de Roma aos padres da diocese. Eram documentos públicos, divulgados em forma de plaquete, em jornais e nas missas. Excepcionalmente, algumas das cartas eram reservadas ao conhecimento exclusivo do clero. As cartas de Dom Adauto são, portanto, significativos documentos para se perceber como foi o processo de romanização na Paraíba. Entre 1894 e 1935, esse bispo redigiu 24 cartas destinadas ao clero e ao povo em geral, cinco reservadas ao clero, e 10, coletivas. Cf. Dias, 2008, p. 118-119.

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar o processo de reorganização da Igreja Católica na Paraíba, sobre a influência do arcebispo Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. O recorte temporal por nós escolhido, se justifica tendo em vista uma vasta documentação encontrada entre os anos de 1930 a 1937, além de ser um período que o país atravessava grande movimentação política e religiosa, na qual entraremos em mais detalhes ao longo da dissertação.

As discussões presentes nos capítulos que seguem sintetizam as produções historiográficas relacionando-as ao cotidiano vivenciado por homens e mulheres no desenvolvimento da História do Brasil e examinam a atuação política estabelecida pela Igreja Católica.

A partir de questionamentos e com base nas lacunas que encontramos na historiografia paraibana, aprofundando a pesquisa sobre a imprensa Católica e o Jornal Oficial do Estado da Paraíba “A União”, em um recorte de 1930 a 1937, destaca-se a Era Vargas, onde nesse período temos uma reaproximação do Estado com a Igreja Católica, pois, entendemos o processo que levou a mesma a se erguer-se durante o governo republicano. Assim, encontramos fontes que dialogam com o tema proposto, literaturas, jornais e cartas pastorais.

Encíclica ou Carta Encíclica (do latim *Litterae Encyclae*, que literalmente significa "cartas circulares"), dirigido aos Bispos de todo o mundo e, por meio deles, a todos os fiéis. A encíclica é usada pelo papa para exercer o seu magistério ordinário, podendo abordar: algum tema doutrinal ou moral; incentivar uma devoção; condenar erros; informar os fiéis sobre os perigos para a fé procedentes de correntes culturais, leis e etc.

As cartas encíclicas têm formalmente o valor de ensino dirigido à Igreja Universal. No entanto, quando tratam de questões políticas, econômicas ou sociais, são dirigidas, normalmente, não só aos católicos, mas também a todas as pessoas.

Dentro do recorte, o contexto histórico sobre o cenário político brasileiro é de suma importância para a discussão, podemos perceber que os eventos colaboravam para uma retomada da Igreja Católica, além do decreto sobre o ensino religioso facultativo em escolas públicas, vale ressaltar também que em 1931, o Estado deu pelo menos mais duas mostras que estava disposto a dialogar com a Igreja Católica com objetivo de manter uma relação política amistosa com a instituição. Uma delas foi o reconhecimento de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. A outra,

foi à inauguração da estátua do Cristo Redentor, na então Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de outubro.

A Igreja Católica viu nessas ações a oportunidade de fazer diversas reivindicações ao governo, onde algumas foram atendidas na Constituição de 1934 (como o casamento religioso com efeitos civis), e outras foram colocadas mais em prática no Estado Novo (como a perseguição de forma mais enfática aos comunistas).

Segundo Morel e Barros (2003), as pesquisas históricas, nas últimas décadas, têm vivido uma crescente pluralidade de abordagens e temas. A imprensa, nesse trabalho, é utilizada como uma rica fonte de informações: “Como fonte documental, integra-se a outros materiais que dão suporte a pesquisas e reflexões em áreas diferentes; como objeto, transforma-se ela mesma no foco dos trabalhos” (MOREL; BARROS, 2003, p.08).

Para Campos (2012), as pesquisas que se utilizam dos jornais como fonte podem observar o modo de produção e circulação dos textos, as atividades desenvolvidas pelos intelectuais na imprensa e a configuração do cenário educacional que se desenhava no Brasil, a partir da metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Ou seja, esses textos nos remetem à tradição histórica do seu tempo, sendo possível perceber os temas educacionais relevantes para época, a posição assumida pelos sujeitos nos debates e suas críticas.

A imprensa pode ser pensada como um lugar privilegiado de disseminação da cultura educacional, pois, foi por meio desses que as ideias eram divulgadas. Os jornais serviram como espaço educativo, juntamente com a escola, no qual o público entrava em contato com as tendências intelectuais e culturais em voga.

Até 1970, a utilização de periódicos impressos e cartas como fonte de pesquisa por parte da historiografia brasileira era vista com desconfiança. Todavia, a partir da referida década ocorreu um crescimento significativo do uso dos jornais impressos em diferentes objetos de estudo. A importância de levantar essa discussão decorre do uso crescente dos periódicos e cartas nas pesquisas acadêmicas de História, nos últimos anos, sem muitas vezes estar acompanhado de uma maior reflexão sobre essa fonte de pesquisa, bem como a influência que o jornal exerce em seu contexto, seus interesses e a atuação junto ao seu público leitor.

Segundo as historiadoras Silvia Fonseca e Maria Corrêa (2009, p.7), “parece trivial nos dias de hoje ressaltar a centralidade da imprensa periódica para a pesquisa histórica”. Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até

o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas, artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural.

E como discutiremos neste trabalho, a imprensa não apenas interfere nas questões políticas, mas em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de ideias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade, o que a torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo. No entanto, embora a história da imprensa no Brasil tenha completado dois séculos recentemente, apenas nas últimas décadas do século XX, com a revolução no interior da disciplina histórica, seu valor real enquanto fonte e objeto de pesquisa foi reconhecido nos campos de estudos da historiografia contemporânea, contribuindo para os novos desafios e propostas sobre os estudos do passado.

Nossa discursão teórica está embasada dentro da chamada “História Política” e “História das Religiões”, a intenção é dissertar sobre algumas proposições metodológicas para a abordagem das práticas religiosas e políticas do período a que remete nossa pesquisa.

As gerações de historiadores que formaram a Escola dos Annales se dedicaram, com muito afincio, especialmente a sua primeira geração, à crítica à história política que era praticada na sua dimensão factual, esgotando-se em análises pontuais e privilegiando as rupturas, os grandes eventos, bem como alguns personagens históricos. Essas gerações consideravam que, inscrevendo-se como narrativa linear, elitista, aristocrática e biográfica, tal paradigma historiográfico não permitia ao historiador exercer seu papel de interrogar.²

De acordo com essa perspectiva, a escrita sobre o político privilegiava os grandes homens, constituía uma história pensada de cima para baixo, isto é, a favor da manutenção de algumas relações de poder, e da criação de mitos e heróis que tomavam a cena, desconsiderando ou deixando em segundo plano os indivíduos que compõem o cenário social mais amplo em questão. Seguindo esse enredo, estavam

² Cf. REMOND, Rene (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

as biografias, textos narrativos que buscavam capturar trajetórias individuais, quase sempre apresentado certos protagonistas, em esferas privilegiadas.

Contudo, seguindo outra linha, um grupo de pesquisadores franceses, do qual fazia parte René Rémond,³ retomou, a partir da segunda metade do século XX, a história política. Nesse novo cenário historiográfico, emergia a crítica que, além de rebater a afirmação de que a história política negligenciava as massas, negava também a tese segundo a qual o seu objeto era efêmero.

A renovação do estudo do político passou a priorizar a análise de dados estatísticos e de toda uma massa documental produzida dentro da própria esfera da burocracia política, como no caso da documentação gerada em processos eleitorais, por exemplo.

A crise enfrentada pela historiografia política e a posterior busca por sua nova roupagem acabaram favorecendo o diálogo entre a História política e outras áreas do conhecimento como, por exemplo, as ciências sociais – Antropologia, Sociologia e a Ciência Política –, o que trouxe à abordagem política novas perspectivas, novas problematizações e até mesmo novos objetos de estudo. Na terceira geração de historiadores da Escola dos Annales, já se discutia a eficiência da longa duração e da busca por uma história global.

Aos poucos, influenciada por outras ciências sociais, a Nova História direcionava-se ao retorno do evento, das biografias e de tudo aquilo que outrora fora posto como factual. Nesse sentido, afirmavam esses formuladores que o erro não estava no objeto, mas no método aplicado ao seu estudo.

A reboque do retorno da história política, a biografia também voltou à cena sob a justificativa de que:

Além de fazer parte da história, a biografia oferece também um ponto de vista sobre a história, uma discordância, uma descontinuidade. Importa, por conseguinte, afastar toda lógica de submissão e dominação (da história sobre a biografia ou reciprocamente) e conservar a tensão, a ambigüidade, considerar o indivíduo, a um só tempo, como um caso particular e uma totalidade. (LORICA, 2011, p.224)

³ René Rémond (1918-2007) foi um destacado historiador e analista político francês. Dedicou-se ao estudo da História contemporânea, sobretudo à compreensão da política francesa. Dentre seus renomados trabalhos está *Por uma história política*, publicado na França em 1988, obra que organizou após estudos desenvolvidos com mais onze historiadores. O intuito da referida obra é discutir as críticas recebidas pela história política pela Escola dos Annales e reabilitar o estudo e a escrita do político.

Na sua construção teórica de ideologias e utopias, Mannheim(1972) preocupava-se fundamentalmente com a adequação das ideias à realidade. As diferenças de visão de mundo entre os grupos sociais seriam devidas à diversidade de interesses que orientam sua apreensão da realidade. Cada grupo, movido por interesses práticos diferentes, estaria em uma posição mais favorável a perceber certos aspectos do mundo concreto, ao invés de outros, enfatizando de modo unilateral a sua compreensão parcial.

Disso resultariam estruturas mentais muito distintas, que não seriam de todo inválidas, apesar de seu caráter socialmente determinado. Mas sofreriam de uma limitação natural, por só captarem na realidade aquilo que justificasse o modo de experiência de um grupo e a posição social que o embasa

Nas últimas décadas, a produção historiográfica brasileira vem se dedicando com mais intensidade ao estudo das religiões e religiosidades. Considerado tema de interesse menor, por muito tempo o estudo das religiosidades permaneceu como uma área meramente ilustrativa na compreensão dos processos sociais. As pesquisas recentes, que buscam redimensionar a importância das referências religiosas para a interpretação das diferentes trajetórias históricas, ainda evidenciam a ausência de uma dinâmica conceitual própria. O campo da história produziu pouco, em nível conceitual, sobre as abordagens religiosas.

A história das religiões, tornada disciplina acadêmica pela primeira vez, ainda no século XIX, na Holanda, focou um parâmetro comparativo sendo que a maior parte dos primeiros estudos realizados compreendiam as diversidades como indícios de um parâmetro evolutivo da religião a qual sairia de comportamentos religiosos primitivos evoluindo para religiões institucionalizadas.

Nesse sentido, as grandes religiões (Catolicismo, Islã e o Judaísmo) eram compreendidas como as mais evoluídas, o padrão que as demais almejavam. Não havia nesses estudos um caráter histórico para se entender as especificidades de cada sistema ou comportamento religioso, eles eram compreendidos a partir do que os autores entendiam como o esperado dentro dos limites em que viviam.

Faz parte desse trabalho também as perspectivas teóricas ensejadas por Pierre Bourdieu, onde expressa um tipo de poder que se relaciona ao status e a cultura, a dominação simbólica e esta que ocorre entre os indivíduos através do simbolismo do status, da predominância de uma prática cultural sobre as outras.

O poder simbólico é um dos temas ao qual Bourdieu se dedica. Para ele, o poder simbólico é esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. O mesmo se concentra nas situações em que esse poder é normalmente ignorado, fato que nos permite intuir que esse poder é plenamente reconhecido pelos agentes envolvidos.

Bourdieu (2005), considera que as relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem do capital material ou simbólico acumulado pelos agentes. Os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento, cumprem sua função política de imposição e de legitimação da dominação de uma classe sobre a outra, agindo como uma forma de violência simbólica. Bourdieu conceitua sociedade como espaço pluridimensional em que se posicionam grupos sociais; um mecanismo que produz dominação (violência simbólica) cujo funcionamento é coberto pelo véu da ignorância coletiva. (SOUSA JUNIOR, 2015, p.5).

O desenvolvimento desta pesquisa científica, de caráter qualitativo, se justifica por entender a necessidade do estudo da participação do catolicismo paraibano nos processos políticos do Estado, visto que este estudo, embora não esteja dissociado das construções histórico-sociais nacionais, possui importantes particularidades que merece ser pesquisada e publicizada.

Enfim, foi utilizada uma ampla bibliografia relacionada às temáticas ligadas ao estudo em questão. O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro faz uma abordagem historiográfica sobre o cenário político e religioso do Brasil e se afunila ao Estado da Paraíba, com o objetivo de problematizar o momento no qual a Igreja Católica paraibana estava inserida na década de trinta. Destacando vários movimentos e situações que permearam para que houvesse uma maior participação do catolicismo na política nacional.

No segundo capítulo discutiremos a importância da imprensa paraibana, para uso de propaganda ideológica. Para isso utilizamos dois impressos paraibanos: o jornal “A União” e o jornal “A Imprensa”. O impresso “A União”, é até os dias atuais o principal meio e o mais antigo de comunicação oficial do Governo do Estado, já que foi fundado em 02 de fevereiro de 1893. O histórico desse jornal está associado à oficialidade, evidenciando o poder político predominante na Paraíba em cada momento da história. No jornal “A Imprensa” órgão da Igreja Católica da Paraíba, após

a morte do Dom Aducto em 1932, quem ficou como liderança do jornal foi o Pe. Carlos Coelho, o mesmo da continuidade ao trabalho do Arcebispo em manter a circulação do jornal, não perdendo sua característica de luta pelos bons costumes da sociedade paraibana, lutando diretamente contra o que para eles ameaçava a Igreja Católica no Estado.

No terceiro capítulo explicaremos a concepção Católica e Aductiana sobre o discurso do comunismo na Paraíba, bem como questões teóricas, conceituais e historiográficas sobre o a política do anticomunismo. Entendendo o anticomunismo por uma instituição política no Brasil e que foi importante para constituição da cultura política brasileira do século XX, assim mostraremos as propostas totalitárias do Dom Aducto na Paraíba justificadas pelo perigo do comunismo.

Nas conclusões, procuramos refletir sobre a relevância que a pesquisa nos possibilitou, ao acesso as fontes podemos preencher um pouco a lacuna historiográfica da História da Paraíba no que se refere a ligação entre o Estado e a Igreja Católica, sendo perceptível o uso do poder simbólico para reorganizar a Igreja pelos ideais ultramontanos do arcebispo da Paraíba, finalizando assim em uma reaproximação com o Estado.

CAPÍTULO I
“DEUS E A PÁTRIA”: CHOQUES E CONSONÂNCIAS ENTRE A IGREJA
CATÓLICA E O ESTADO.

“A cada um de nós, nos transees difíceis que atravessa a Pátria, incube ir ao encontro dos desejos patrióticos do nosso governo e cooperar, na medida de nossas forças, para a victoria de nossa causa e triumpho de nossos direitos.” (Dom Aduacto)

Neste capítulo, analisamos o cenário religioso católico e político no início do século XX no Brasil, observando as propostas políticas e os movimentos do catolicismo durante a década de 1930, verticalizando essa análise no decorrer do capítulo para o Estado da Paraíba. Com o recorte temporal que dedicamos a nossa pesquisa, percebemos o envolvimento dos religiosos católicos com os movimentos políticos gerados a partir da década 30 no Brasil.

O título desse capítulo se refere a Carta Pastoral de Dom Aduacto publicada em 1908 na qual segundo Lima o arcebispo discorre sobre,

O estado atual da sociedade doméstica, civil e religiosa; vitupera a apostasia e o indiferentismo reinante no seio das famílias relativamente ás cousas mais sagradas e necessárias; mostra que para salvar a sociedade desse cataclismo universal é de absoluta necessidade, por força dos princípios naturais, uma mediação ou uma interposição legal e devidamente constituída entre os homens e Deus, no exercício do culto, e só o sacerdócio pode encarregar-se de tão angustia missão; lastima a sua Pátria achar-se ainda envolta nas espessas trevas da maçonaria francesa, que procura derruir o magno alicerce do catolicismo, cujo maravilhoso e sublime plano forma esta aliança da criatura com o Criador; concita finalmente o Exército, a Marinha e o povo brasileiro a pôr termo a essa sorte de misérias imorais que se alastram por esse solo abençoado que tem o doce nome Pátria, colocando, no frontispício das leis que o regem, o cumprimento exato dos seus deveres para com Deus e a sociedade. Esta fulgurante carta pastoral teve eco em todo o Brasil e até mesmo em países estrangeiros. (LIMA.2007, p.283)

Essa pastoral revela a fibra combatente de princípios morais que movia as palavras do arcebispo para os fenômenos sociais. Durante vários anos essa pastoral foi referencia nos demais escritos do arcebispo, sempre que o assunto remetia a Pátria, o mesmo fazia questão de fazer referência a trechos da mesma.

Na figura 1, observamos a foto do Dom Aducto sempre presente na primeira página das cartas pastorais, vestido em trajes tradicionais com uma bíblia na mão direita, com certeza podemos perceber o quanto a icnografia pode ser propositalmente para influenciar o leitor. Assim trazemos para essa análise, referências ao livro *O poder em cena*, de Georges Balandier (1982), discute as maneiras pelas quais o poder político comanda o mundo real e a sociedade, através da manipulação do imaginário social dos indivíduos. Segundo o autor, são as aparências sociais que promovem a hierarquia do mundo real. O poder é um jogo dramático que sempre existiu em nossa sociedade, em todos os tempos e lugares. Porém, cada sociedade desenvolve sua própria dinâmica e seus próprios papéis sociais. Desta forma, por trás de toda forma de poder, existe a teatrocracia.⁴

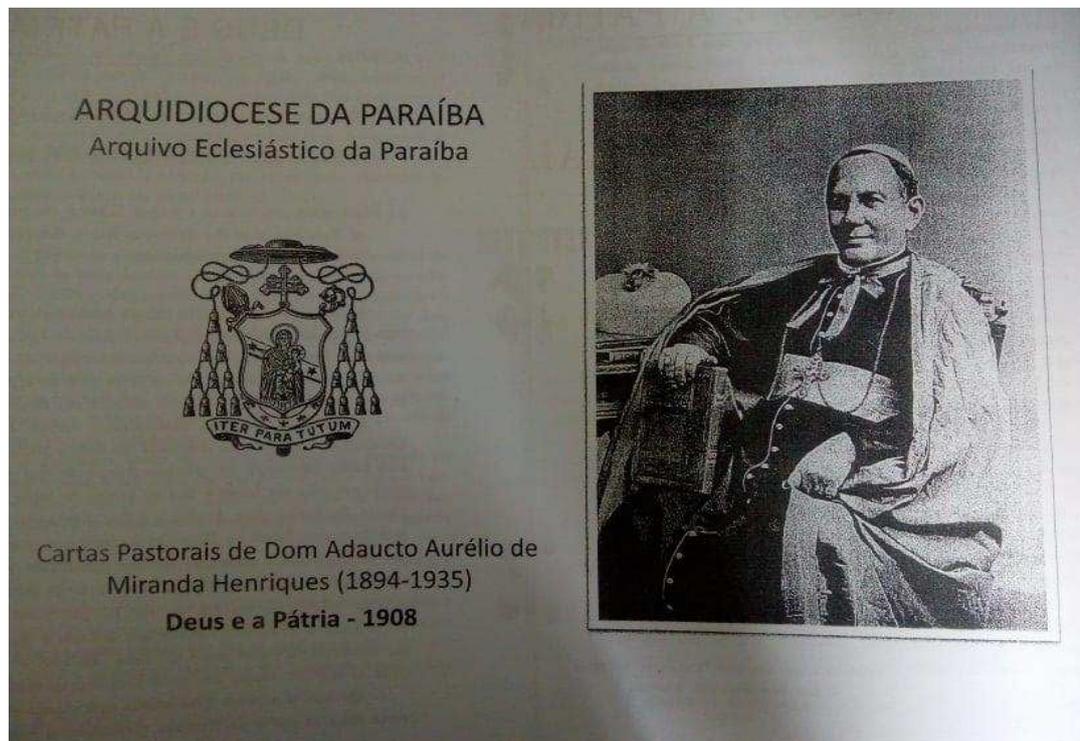
Balandier (1982), evidencia um laço de união entre aqueles que exercem o poder e as coisas sagradas, apontando para uma relação intrínseca entre religião e política. Entretanto, é importante chamar atenção para uma questão essencial, relacionada à compreensão deste ponto da argumentação. Mais do que aproximar política e religião, o autor aponta que o poder (assim como o sagrado) está acima de qualquer individualidade, inclusive do próprio “poderoso” (governante, chefe, etc.), que seria o detentor do poder político, ou seja, de um poder exercido em função de determinada organização social.

Dessa maneira, ao destacar a “sacralidade do poder”, ele sugere que as ações de seus detentores bem como de seus subordinados se tornaria uma espécie de “agência passiva”, visto que não perdem a capacidade de agir, mas as têm circunscritas dentro dos limites de determinadas hierarquizações. Tais hierarquizações são produto de uma imagem representativa que transcende as assimetrias das relações concretas.

⁴ Termo utilizado por Geoges Balandier, "teatrocracia" - um dispositivo de poder destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelo teatro. "O grande ator político comanda o real através do imaginário", escreve. A sociedade organizada nestes termos parece impor um permanente tribunal teatral para todas as manifestações do poder, de forma que os intérpretes sociais não podem atuar sem pagar seu "tributo cotidiano à teatralidade". Para Balandier (1982), todo poder político procura obter subordinação por meio da encenação. O governo estabelecido unicamente pela força parece ter sua existência constantemente ameaçada, pois a opressão explícita é uma permanente inspiração para revoltas. O poder organizado exclusivamente pela razão, por sua vez, torna-se frágil porque não possui caráter mobilizador e, por isso, carece de credibilidade e legitimidade. Assim, na tentativa de conferir autenticidade aos governos, percebe-se que técnicas dramáticas clássicas do teatro são 174 sistematicamente empreendidas na direção política da cidade.

Para o autor, o poder depende da persuasão para ser conquistado. Os meios de comunicação de massa levam as oportunidades de dramatização a um nível extremamente elevado. Mas não basta legitimar este poder. O drama e a encenação são exercícios diários que devem estar presentes para fazer a manutenção da hierarquia, através de recursos básicos, como comemorações, manifestações, execuções e monumentos. Nesta última categoria, o apelo visual é muito utilizado através de peças arquitetônicas que irão ostentar o tamanho do poder de seu líder. Além disso, o poder veste o rei e tudo que o cerca. Suas roupas, adornos, palácios e o que ele come. Tudo irá qualificar o seu poder e o merecimento do mesmo.

FIGURA 1 – PRIMEIRA PÁGINA DA CARTA PASTORAL DEUS E A PÁTRIA PUBLICADA EM 1908.



Uma das principais marcas indenitárias do Brasil é o catolicismo. Até fins do século XIX, a Igreja Católica era a única instituição religiosa reconhecida oficialmente. Por isso, gozava de proteção do Estado para realizar sua expansão institucional e ao mesmo tempo era atuante na legitimação da colonização portuguesa.

A legitimidade religiosa e política da Igreja no Brasil é o resultado de um longo processo, que acompanha a própria história do Brasil, desde 1500. O poder estabelecido, no período colonial, promoveu um modelo de Catolicismo, conhecido

como Cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural.

A separação entre Estado e Igreja se deu apenas com a instauração do regime republicano no ano de 1889. Para Mariano (2003), esta separação não só faz parte do processo de secularização como o impulsiona. Entretanto, as relações de cooperação entre as duas instituições foram estreitas até meados do século XX, e a liberdade religiosa plena sempre foi mais um discurso do que uma prática efetiva.

A hierarquia da Igreja, diz Lustosa (1991), num primeiro momento ficou atordoada com a situação diferente que se criou para ela. Por isso mesmo, em março de 1890, todos os bispos do país assinaram uma Carta Pastoral de defesa da união entre Igreja e Estado, e enviaram ao Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, que se dizia católico, um documento denominado “Reclamação”.

Houve um processo de descentralização política, consolidado pela Constituição de 1891, de criação de uma federação, sendo que os Estados membros possuíam alto grau de autonomia. No plano eleitoral, foi instituído o voto universal. Porém, nem tão universal assim, já que era só masculino e apenas aos alfabetizados, ou seja, uma minoria da população na época, que não representava em sua totalidade a população do país, nem mesmo seus interesses.

Como visto com a implantação da República a Igreja Católica se depara com um dos seus mais relevantes combates no qual ela teria que batalhar, uma vez que, estava certa de que a República se aparelhava contra ela. Pois o progresso dominava as camadas cultas do país e os ideais republicanos era propagado com mais intensidade, sendo estes inspirados pelos ideais iluministas, que não compactuavam dos mesmos anseios e princípios que a Igreja possuía, e até mesmo excluía a autoridade dos poderes religiosos.

Nesse sentido, a hierarquia eclesiástica precisava se organizar e traçar novas formas de conduta diante do novo cenário político, pois, com a Proclamação da República as regras do jogo mudaram. Era necessário elaborar estratégias de atuação dentro do Estado Republicano, abrigando em seu corpo tendências liberais e positivistas fazendo frente à política econômica do país. Daí o grupo que chegou ao poder direcionava o Brasil ao comando do liberalismo tomado pela política nacional e

preocupando a Igreja Católica, que se considerava como a única “força ideológica”⁵ capaz de fazer frente às essas mudanças.

Dentre os ideais republicanos que mais causou atordoamento à Igreja foram a secularização e o laicismo que segundo Lustosa,

A constituição de fevereiro de 1891 apresentava, no seu espírito, um texto pouco aceitável para a Igreja em razão do laicismo que a permeia, de ponta a ponta, desde o prólogo (exclusão do nome de Deus) até o artigo 72 com os diversos tópicos de secularização, especialmente no que toca à instituição do ensino leigo nos estabelecimentos públicos. (LUSTOSA, 1991, p.27)

Temos deste modo a “morte de Deus”, no que seria um processo de desvinculação entre o Estado e a religião, representada neste caso pela Igreja Católica, que se apresentava em todos os âmbitos de poder no país durante séculos, digladiando-se e se opondo em alguns momentos aos outros poderes políticos existentes, Formando no Brasil, quase um Estado teocrático.

Para isso, o novo governo assumia posturas públicas que evidenciavam a crença de que o Estado detinha a capacidade de gerar os instrumentos legais colocando o Brasil no caminho do progresso, tendo como base a ciência e o racionalismo. Com o fim das relações oficiais entre a Igreja Católica e o Estado e a derrubada da monarquia, parecia ter sido removido os últimos obstáculos que impediam o progresso nacional (MANUEL, 1997, p. 71)

Evidentemente que o rompimento da autoridade da Igreja católica nos âmbitos políticos, educacionais e institucionais abria a possibilidade para que linhas de pensamentos divergentes das do catolicismo, tivessem também seu lugar de poder perante a sociedade, rompendo assim com a hegemonia da Igreja Apostólica Romana, na influência que a mesma exercia perante a população.

Porquanto, a proposta da República consistia em um distanciamento momentâneo entre a Igreja e o Estado, que iriam a partir de então, executar suas atribuições dentro de seus próprios domínios. A Cúria Romana estava preocupada com essas mudanças no Brasil e observou que se fazia necessário tomar algumas medidas para manter seu poder pastoral no país. A qual Mannheim fala,

⁵ Ideologia aqui é compreendida no seu sentido sociológico, representando um conjunto de tradições, crenças e princípios por meio do qual um determinado grupo atua e a partir do qual elabora o seu projeto para a sociedade.

Será sempre um grupo dominante, que esteja em pleno acordo com a ordem existente, quem irá determinar o que se deve considerar utópico, ao passo que o grupo ascendente, em conflito com as coisas como estão, determinará o que deve ser ideológico. (MANNHEIM,1972, p.226)

Podemos entender assim, como a Igreja temia a perda de sua influência perante o Estado, a mesma fomentou seu poder durante todos os séculos de existência do país, dirigindo sua autoridade por diversas instancias públicas, seu poder não era retido apenas no âmbito religioso. Documentações importantes por séculos estavam associadas à Igreja, como o batistério, documentos referentes à posse de terras e certidões de óbito. A Igreja se fazia presente do nascimento a morte dos indivíduos através do poder religioso e estatal.

Segundo Lustosa (1991), o pensamento do catolicismo no Brasil é ideológico de 1890 até 1922, sendo conservador, não pretendendo alterar a ordem existente. Para o autor haveria duas concepções de Igreja: Cristandade e Sociedade Perfeita, isso inspira a mentalidade ideológica dos episcopais brasileiros. Ora, se a sociedade não fosse cristã, entendendo aqui por cristã o cristianismo católico, a mesma não poderia assumir jamais a possibilidade de perfeição, pois segundo a mentalidade e as crenças católicas, a Igreja foi fundada pelo próprio Cristo, que passou sua autoridade para Pedro, o primeiro Papa, sendo assim a única e verdadeira Igreja representante de Deus na terra.

Nega sua autoridade significaria negar a autoridade de Deus sobre seus filhos. A Igreja desse modo, pelas crenças católicas, seria perfeita, pois, foi fundada pelo Cristo em sua santidade e perfeição. O que significaria ser a única entidade religiosa sobre a terra capaz de trazer a perfeição a uma sociedade.

Houve um acirrado jogo político na reestruturação do catolicismo no Brasil que começou logo após a proclamação da República com as indicações e remanejamentos no episcopado brasileiro para se alinhar a nova ordem política. A diocese do Rio de Janeiro foi considerada chave na articulação com a política brasileira, já que ali se encontrava o centro de decisão do governo brasileiro:

[...] o objetivo imediato é o de 'fazer entrar no Episcopado sacerdotes de conduta exemplar, instruídos, zelosos e devotos a Roma' [...] Com efeito nesta tarefa Spolverini move-se prontamente. O primeiro pacote de proposições contendo os nomes dos candidatos ao episcopado [...] leva a

data de 18 de janeiro. Porém, passados apenas oito dias, Spolverini sugere a primeira alteração. (Piva, 1990, p. 54).

A necessidade de dilatação da hierarquia episcopal no Brasil naquele momento foi largamente discutida, não faltaram articulações nesta disputa de posições privilegiadas que naquele momento, era estratégico para as pretensões da Igreja Católica no Brasil. A indicação para cada diocese do candidato ao episcopado correto seria imprescindível, conforme dizia Mons. Spolverini: bispos “afinados com a política do Estado brasileiro” (Piva, 1990).

A elite eclesiástica brasileira foi resistente ao contexto histórico para não perder o terreno conquistado pelo catolicismo no Brasil desde o período colonial, pois o quadro político indicava esta direção a ser seguida, e, foi agindo de acordo como o contexto exigia; não deixando escapar a chance de se manter numa convivência pacífica com o Estado até a hierarquia do catolicismo se reestruturar e voltar fortalecida no cenário político nacional no período do Estado Novo.

A partir de 1930 percebemos mudanças significativas no contexto político brasileiro, lembrando que a primeira República foi uma fase de grandes proporções para o aspecto social, político e religioso do país. Podemos citar aqui algumas mudanças ocorridas a partir do início da República: a separação formal entre a Igreja e o Estado, a secularização dos cemitérios, que passaram a ser administrados pelos municípios, a instituição do ensino laico (desvinculado da educação religiosa) e do casamento civil.

Este processo de secularização, que ceifou das mãos da Igreja grande parte do poder que ela detinha, desde os primórdios da colonização do Brasil. Evidentemente que tais acontecimentos não deixaram os membros da Igreja satisfeitos, pois tais situações representava, com clareza, a perda da autoridade da instituição nos âmbitos institucionais. O crescimento das outras religiões, tais como o protestantismo e o espiritismo no país, também deixavam a igreja receosa quanto a manutenção de seu poder.

De maneira geral, entende-se secularização como processo social em que “o pensamento, práticas e instituições religiosas perdem seu significado para a operação do sistema social” (WILSON, 1998, p. 49). No mesmo sentido, Zepeda (2010) entende como secularização o “conjunto de mudanças pelo qual a religião perde sua relevância social, ideológica e institucional”. Necessário considerar que este processo é muito

desigual entre os diferentes países e regiões do mundo, mas com significado amplo: onde a religião perderia sua condição hegemônica na vida social e seria mais restrita à subjetividade e à vida privada.

Até às vésperas da consolidação das concepções Iluministas, a religião era uma questão estatal. Embora houvesse exceções e estratégias locais, que não podem ser desconsideradas, cabia aos súditos seguir a religião oficial legitimada pelo poder governamental. A partir do século XVIII, em alguns países houve início do processo de separação entre Estado e religião, onde o primeiro se tornaria laico e o segundo, assunto de ordem privada. Neste caso, em tese, pertencer a uma religião se tornaria uma livre escolha livre dos agentes sociais. Assim, a religião passaria a ser algo de foro exclusivamente íntimo, uma consequência do processo social de secularização, onde igrejas e estados tornar-se-iam autônomos.

Ao pesquisarmos sobre esse período, percebemos que por parte dos líderes políticos, que houve um desconhecimento quase completo da ação e da presença da Igreja, pois se dominava o pensamento liberal e positivista. Segundo Azzi (1977) Igreja e Estado atuam separadamente, ignorando-se praticamente no exercício de suas atividades.

Quando adentramos o período da República, em que temos um Estado laico, onde todos os cidadãos são livres para praticarem sua doutrina religiosa, por mais que adeptos de outras denominações religiosas sofressem com o preconceito e os ataques da Igreja, que ainda detinha bastante poder no âmbito social, como também era detentora de grandes veículos de comunicação, que utilizavam para atacar estas outras denominações. Sendo o caso, por exemplo, do jornal a União no estado da Paraíba. Temos uma reação forte da Igreja Católica, que busca meios para não perder o controle sobre os fiéis que já eram católicos e tinham uma vivência religiosa sedimentada no catolicismo.

Vemos fortes ataques, por exemplo, deferidos ao Espiritismo que crescia no Brasil desde o século XIX. A religião era até mesmo associada a uma possível patologia, as indicações do clero, eram claras a seus fiéis, os pedindo que se mantivessem afastados de indivíduos que professassem esta fé, associando claramente esta religião ao demônio.

A separação entre a Igreja e o Estado na Primeira República, vai dá início a uma crescente identificação da Igreja com as novas classes sociais emergentes, pois a mesma começaria a adapta-se sua ideologia, expandindo sua instituição, com intuito

de educação moral aos segmentos crescentes da classe urbana. Não é à toa, que instituições educacionais a serviço de crianças carentes, como escolas, hospitais e outras instituições confessionais continuaram a surgir durante o decorrer do século XX.

Para Gomes:

A Igreja Católica preocupou-se primeiramente, em reformar as práticas religiosas da população, que eram tidas como bastante externalizadas, costumeiras, cotidianas, pouco sacramentais e de junções condenáveis entre elementos sagrados e profanos, posteriormente, a mesma preocupou-se em reforçar o prestígio da Igreja com a reforma do clero nacional, em reafirmar o escolasticismo por meio de uma série de bulas e encíclicas, assim combatendo as tendências consideradas perigosas à sociedade civil, como a maçonaria, os ideais de modernidade e as associações religiosas. (GOMES, 2009, p.22-23)

A ritualística católica durante a primeira metade do século XX, ainda encontrava-se bastante “engessada”. Ainda não havia tido mudanças consideráveis dentro das instituições, como a adesão das pastorais, que firmaram o serviço dos leigos dentro da Igreja, possibilitando cada vez mais a aproximação destes aos ritos litúrgicos.

Movimentos tais, como a Renovação Carismática Católica só surgiram na década de 1960, estes responsáveis pela grande adesão dos jovens à Igreja. E a falta de compreensão da ritualística litúrgica, realizada toda em latim aumentavam o distanciamento dos leigos aos ritos e práticas litúrgicas católicas.

Para Lustosa (1991), o ano de 1930 marcaria para o catolicismo brasileiro o início do período de vitórias sucessivas, obtidas politicamente, com o apoio do Estado consciente do poder da Igreja. A Igreja saberá aproveitar a conjuntura política para colocar em pauta suas exigências e reivindicações, que serão encaminhadas através de personalidades-líderes do período.

Tratava-se, melhor pra melhor compreensão, de aprofundar o projeto centralizador e intervencionista do Estado, que vinha da tradição do Império e que a República havia abandonado, mas que o governo provisório, com Vargas, parecia poder reviver. É contra tudo isto que se insurge a outra vertente, ou seja, o catolicismo militante.

Os católicos tinham, no entanto, sobre os liberais e republicanos, uma vantagem relativa importante, que era sua tentativa de reencontrar, sob o manto aparente da apatia e da indiferença do brasileiro, uma religiosidade mais profunda, que pudesse ser reavivada e lhe servisse de apoio e sustentação.

Personagem importante nesse contexto histórico, é o Cardeal Sebastião Leme⁶, grande líder da Restauração Católica, procurando criar uma nova imagem da Igreja Católica, por uma série de iniciativas nos meios sociais. Para o líder religioso somente com a colaboração efetiva da Igreja na política serão mantidos os valores de ordem e autoridade, evitando os avanços de movimentos revolucionários. Como afirma Dias:

Olhando para o Brasil, D. Leme confirmava sua índole católica. Mas a nação católica se lhe apresentava governada por homens que não professavam a mesma fé: as leis e o governo tinham-se afastado dos princípios católicos. O laicismo tinha crescido. Os católicos, na maioria da população, haviam se tornado uma força inerente. (DIAS, 1996, p.53).

O Cardeal Dom Leme mantinha as melhores relações pessoais com Getúlio Vargas, o caudilho que a revolução de 30 trouxe ao poder, formado na política das oligarquias, procurou aliados nos grupos tradicionais e sua longevidade no poder viria a ser o fruto dos acordos entre forças tradicionais e as forças emergentes da classe dominante. Dom Leme conseguiu dele que uma série de medidas favoráveis à Igreja fossem incorporadas à constituição votada em 1934.

O ativismo do Cardeal Leme, que se vale de momentos dramáticos como a inauguração da estátua de Cristo no Corcovado e a consagração do país a Nossa Senhora de Aparecida, ambos em 1931, para reunir multidões em praça pública e mostrar ao novo governo a força da Igreja e a necessidade de tomá-la em consideração na nova ordem política que estava sendo construída. A este ativismo da Igreja oficial se soma um outro componente novo, os intelectuais, os católicos leigos e militantes, cujo representante principal é o recém-convertido Alceu Amoroso Lima⁷. Como a maioria dos intelectuais da época, eles estão profundamente insatisfeitos com o atraso do país, a ignorância e a má-formação intelectual e moral das pessoas, e a inépcia dos governos.

⁶ D. Leme foi o terceiro arcebispo do Rio de Janeiro e o segundo Cardeal brasileiro. Nasceu em Espírito Santo do Pinhal(SP), no dia 20 de janeiro de 1882, e faleceu no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1942. Coursou seminário maior em Roma e se ordenou padre em 28 de outubro de 1904.

⁷ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) nasceu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1893. Neto do primeiro Visconde de Amoroso Lima e filho do industrial Manuel José Amoroso Lima estudou no Colégio Pedro II. Formou-se em Direito, em 1913, pela Faculdade do Rio de Janeiro. Com a morte do pai, passou a dirigir a fábrica de tecidos da família. Em 1919 se tornou crítico literário do "O Jornal" e adotou o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Em 1922, publicou "Afonso Arinos", um estudo crítico sobre a obra do escritor mineiro. Influenciado pelo Modernismo publicou importantes estudos sobre os principais poetas do movimento literário. Em 1928, influenciado por Jackson de Figueiredo, converteu-se ao catolicismo, se tornando um importante líder da renovação católica.

O conceito de restauração católica se baseava na retomada do poder da Igreja na política nacional, assim como na reestruturação do catolicismo como a religião oficial do país. A compreensão desse conceito é importante para entendermos os desdobramentos socioculturais durante o período pesquisado. Afirma Azzi,

É durante o decênio 1920-1930 que se inicia essa nova etapa da Igreja no Brasil, que pode ser designada como período de Restauração Católica. Duas são as ideias que dominam os líderes do catolicismo: maior presença da Igreja, e colaboração efetiva com o governo...a necessidade de uma maior presença atuante da Igreja na sociedade: o episcopado deseja efetivamente ter um papel de liderança entre o povo brasileiro. (AZZI, 1977, p.63)

Desta maneira a Igreja, lutava para obter novamente o poder que havia sido minado de suas mãos. É perceptível a vontade da Igreja em colaborar com o governo para manter a ordem da sociedade brasileira, e por parte do governo essa força é favorável, pois, o mesmo vê na Igreja uma valiosa auxiliadora, na contenção dos movimentos revolucionários que surgiram nesse período. Assim, o decênio marcará o reatamento efetivo das relações entre Igreja e Estado.

Segundo Romualdo Dias (1996), Dom Leme se transformou em um estrategista que remodelou o catolicismo brasileiro num caráter conservador, reacionário e de certa forma predador, com objetivo de assumir todos os espaços

Logo, se percebia interesses mútuos entre os dois setores, coisa que havia se perdido nas décadas passadas. Temos o retorno de um poder conservador e autoritário, e a Igreja Católica compartilhava desse conservadorismo, rejeitando todos os ideais iluministas e modernistas que geraram a perda do seu poder anteriormente.

No plano político segundo Krischke (1979), os acontecimentos dos anos 30 iniciaram uma reorganização fundamental do Estado brasileiro, o que iria permitir uma crescente centralização, a intervenção federal na economia, e a mobilização das classes sociais urbanas. Portanto, tal realinhamento das forças políticas foi “resultante” do surgimento de novas classes sociais atuantes: uma crescente força de trabalho industrial, um setor médio radical composto por funcionários civis e militares e uma burguesia dissidente preocupada com o mercado interno do país.

Ainda Krischker,

Para se entenderem as transformações culturais e institucionais que caracterizavam a Segunda República, assim como suas consequências no

Estado Novo, é necessário adotar-se uma abordagem histórica, que leve em consideração a interação entre as transformações e as mudanças sociais e econômicas básicas ocorridas durante aquele período. (KRISCHKER, 1979, p. 120)

O crescimento da população urbana e o êxodo rural também foram fatores que contribuíram para estas mudanças, com o enfraquecimento das políticas de coronelismo devido à diminuição da população rural, que se deslocavam cada vez mais para as cidades a procura de melhorias de condições de vida, e empregos na indústria. O poder da burguesia empresarial aumentaria, e se tornaria uma nova classe de relevância política no país.

Através dessa leitura percebemos que, a Revolução de 1930 representou uma ruptura dentro das classes dominantes, a oligarquia do café e os setores burgueses ligados ao mercado interno. Além disso, as fraquezas e divisões dentro das classes dominantes permitiram o desenvolvimento de movimentos radicais controlados pela pequena burguesia, tais como o Movimento Integralista e a Aliança Nacional Libertadora⁸, esta conduzida pela esquerda.

Portanto, como ressalta Krischker (1979), o radicalismo ideológico que influenciou na década de 30 em seu conjunto estava relacionado, num sentido fundamental, a falta de desenvolvimento independente da organização e da consciência política das principais classes sociais em competição, que com sua vez, conferiu um virtual monopólio às tendências radicais da classe média, tendências essas ativamente apoiadas pela elite da Igreja.

Um dos mecanismos usados pela Igreja, foi a Ação Católica⁹, com a mesma a Igreja implantaria uma reforma intelectual e moral entre seus membros, surgindo como resultado líderes, capazes de promover os ideais que eram necessários para o desenvolvimento do novo Estado brasileiro.

Segundo Krischker,

Essa reformulação das relações Igreja-Estado constitui-se em uma importante manifestação dos novos padrões de relação entre Estado e o conjunto da sociedade civil. O Estado com a cooperação da Igreja viria

⁸ Com o objetivo de combater a influência fascista que se ampliava durante o governo de Getúlio Vargas, surgiu em 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O Partido Comunista do Brasil esteve na liderança da organização que teve Luís Carlos Prestes como presidente de honra.

⁹ Pio X definiu a Ação Católica pautado no combate ao laicismo, incentivando a participação dos leigos na Igreja, e na reação contra o individualismo, propondo a subordinação à hierarquia.

introduzir, p.ex, um sistema de “previdência social”, legislação trabalhista e reformas educacionais. (KRISCHKER, 1979, p. 121)

Durante o Estado Novo, o Estado brasileiro desenvolveria uma “tecnoestrutura”¹⁰ de intelectuais que coordenava e representava os interesses da burguesia: também desenvolveu a ideologia estatal do populismo, por meio da qual se preparou a integração das classes subordinadas. Ambas as iniciativas contaram com o apoio da Igreja.

A fundamentação teórica da presente análise encontra em Antonio Gramsci (1977), seus fundamentos, a autonomia relativa dos fenômenos culturais em relação a estrutura econômica e social. O papel dos intelectuais é enfatizado por Gramsci, na medida em que constituem uma camada que exerce uma medição entre fenômenos culturais e estruturais, ao mesmo tempo em que delinham uma direção homogênea a ser seguida pelas classes que disputam o poder político.

Dentro desse contexto é interessante observar que no período de 1934 a 1937, as publicações da Igreja Católica sejam em revistas ou periódicos, mudaram sua ênfase, passando a apoiar o autoritarismo e a disciplina corporativa. As mesmas começaram a dar destaque na necessidade de centralização dentro da Igreja, sobre o comando geral do Cardeal Dom Leme, que coordenava a Ação Católica, com um compromisso com o Movimento Integralista¹¹.

O Movimento Integralista, tinha como pressuposto uma versão brasileira das políticas fascista italianas, por outro lado outro movimento que se fazia relevante era o Partido Comunista, liderado pelo ex-líder tenentista Luís Carlos Preste, o mesmo apesar de toda conjuntura de propaganda foi declarado ilegal pelo atual presidente da época Getúlio Vargas.

A Ação Integralista nasceu numa fase de ascensão das ideias autoritárias de direita, a partir do marco político estabelecido pela Revolução de 1930, radicalizando em direção do discurso ideológico fascista as tendências antiliberais difundidas entre amplos setores políticos e intelectuais no contexto pós-revolucionário.

¹⁰ “Conjunto de atividades estatais no período 1930-1945 assinalou a agonia do Estado de tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado propriamente burguês. [...] O conceito de tecnoestrutura estatal corresponde a um estágio novo de desenvolvimento do Poder Executivo, quando este incorporou de modo cada vez mais sistemático e permanente o pensamento técnico-científico e as técnicas de planejamento.” (IANNI, 1971, p.14)

¹¹ O Movimento Integralista foi fundado por Plínio Salgado em 1932, imitando de perto a estrutura paramilitar e os símbolos do fascismo italiano: “Ao final de 1934, o Integralismo se havia tornado uma força significativa na arena política, com 180.000 mil membros.

A compreensão das condições em que surgiu e implantou-se nacionalmente o integralismo a partir de 1932, ampliando de tal modo suas bases políticas que se tornou uma ameaça eleitoral à sucessão do presidente Getúlio Vargas e o único movimento organizado após a instauração do Estado Novo em 1937 (o que provocaria sua dissolução um mês depois do golpe de novembro e em resposta o fracassado putsch integralista de março de 1938), supõe uma incursão histórica no período entre as duas guerras mundiais que permita inserir o referido movimento na transição da sociedade brasileira da década de 1920 à década de 1940.

Como um dos resultados dessa posição esquerdista, após o “Movimento Constitucionalista”, e, como nova estratégia de governo, Vargas começava a se afastar dos “tenentes” progressistas, organizados em torno do Clube 3 de Outubro, aproximando-se das lideranças conservadoras de São Paulo. Com vistas a barganhar na Assembleia Constituinte, eleita em 3 de maio de 1933, e, ao mesmo tempo, consolidar o poder de seu Governo Provisório, Vargas e seus aliados atuaram na Constituinte com vistas a elaborar uma Carta que, promulgada em 19 de julho de 1934, tornou-se uma mescla de antigas reivindicações dos trabalhadores, com características reformistas dentro de posições liberais e populistas do governo

. Nesse momento, a tática do governo foi uma aliança com a oposição paulista, rearticulando as classes dominantes, principalmente o empresariado, os legislativos e executivos, a parcela majoritária da imprensa e da Igreja Católica na busca do abrandamento da luta de classes e da ascensão dos movimentos sociais, então em curso. Essa estratégia levou Vargas a ser eleito Presidente da República, de forma indireta, em 1934.

A formação intelectual e a aprendizagem política de Plínio Salgado se elaboraram no contexto da sociedade em transição da década de 1920. Vinculado por tradição política paterna à República Velha, à qual seu pai servira como chefe político local, permaneceria ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP) até 1930. Republicano, católico e nacionalista desde sua juventude, encontrou em São Paulo um dos ambientes mais polarizados por essas tensões sociopolíticas e inquietações ideológicas.

Quando a vitória do movimento revolucionário rompeu com o sistema político dominante, Plínio optou por um novo engajamento ideológico sob a influência do modernismo. Percebeu os limites do jogo político tradicional e militou intensamente nos movimentos literários pós-modernistas.

Ainda sobre o Movimento Integralista observou Alceu Amoroso Lima,

Reagindo contra o espírito da política democrático-liberal que era silenciar sobre questões de princípios gerais e filosófico-religiosos, limitando-se ao âmbito estreitamente político, coloca-se o integralismo e, em uma posição muito firme e mais moderna, como no extremo oposto faz o comunismo, de que é o integralismo, no campo político, a mais radical negação... Essa trilogia que o integralismo invoca a todo momento: Deus, Pátria e Família... é a mesma que todo católico tem que invocar... (Artigo sobre “Catolicismo e Integralismo” publicado em Indicações Políticas, 1934, p.188-202, Apud KRISCHKER, 1979, p.152)

Nessa perspectiva, percebe de fato que o Integralismo era atraente, para a base social da classe média, a qual era educada e mobilizada pela Igreja Católica, vista como uma filosofia de vida, recebendo apoio semioficial da Igreja. Criava-se assim também em comunhão uma possível ideia de um inimigo em comum, no caso, o comunismo, o que fortaleceria a união entre os movimentos políticos conservadores e a Igreja, que defendia em igualdade seus princípios conservadores. Essa aliança tornava-se assim interessante, para os dois lados, que apoiando um ao outro conseguiam se fortalecer cada vez mais.

Podemos dizer que a Igreja movia as massas dos eleitores católicos, sempre por meio de atividades da Liga Eleitoral Católica¹², com um relevante papel na reforma constitucional, onde os líderes da Igreja interagiram, se tornando um elemento essencial para formação de um Estado Novo.

Tal iniciativa da Igreja gerou críticas e motivou a reflexão de uma presença na política numa dimensão mais ampla do que a eleitoral, isto é, “se daria ao nível da consciência ética, em ações e posicionamentos na sociedade (polis), nos processos de tomada de decisão coletiva e na gestão da coisa pública” (Gomez de Souza, 2004, p. 84)

A Igreja foi um agente principal de pressão pela restauração liberal de 1934, e pela reforma constitucional, essa pressão se deu através da Liga Eleitoral Católica, que influenciava para que seus adeptos votassem e se organizassem de acordo com os preceitos do Catolicismo.

¹² A Liga Eleitoral Católica era uma plataforma eleitoral proposta pela Igreja, “acima e além” de políticas partidárias, a qual todos os candidatos eram convidados a apoiar e adotar. Essa plataforma incluía tópicos relativos a reforma constitucional, desde reivindicações eclesiásticas particulares (como por exemplo o ensino religioso em escolas públicas) até a legislação trabalhistas (como o pluralismo sindical) (KRISCHKER, 1979, p.148)

Em suma, podemos dizer que a Igreja Católica Brasileira participou de maneira efetiva no processo de Restauração em 1934, de maneira não apenas semioficial, mas através da expansão e orientação ideológica, dentro de campanhas educacionais e políticas junta a sociedade civil, dessa forma demonstrando ainda o grande poder que exercia perante a população do país, que ainda se mostrava de maioria católica apostólica romana, esse poder de influência a sociedade certamente, não deixaria de ser notado pelas classes dominantes que viam na Igreja uma poderosa aliada na manutenção de seus poderes.

1.1 Década de 30: Tramas políticas na Paraíba.

Trazendo de maneira vertical esse cenário religioso e político para o Estado da Paraíba, veremos como foi construído o desenrolar dessa história dentro do Estado, quem foram seus agentes principais e quais meios foram utilizados para fortalecer essa trama político religioso.

A década de 1920, como já foi explanada, foi um período de mudanças no Brasil, reflexo de acontecimentos externos que repercutiram no país. A Paraíba não fica de fora desse processo, nessa década, o pequeno Estado nortista se insere numa inédita temporada de modernização e mudanças que alcançam vários níveis sociais no Estado. Segundo Mello:

Enquanto uma economia primária e até então quase fechada, abria-se, sensivelmente aos estímulos trazidos pela grande guerra - o que vale, sobretudo, pra o algodão-, o sertão saía de seu isolamento, em que avultava o cangaço como braço armado de um “feudalismo bronco e avassalador”, para admitir, no declínio das oligarquias que se precipitava, e incontornáveis cisões de seus grupos familiares, a transferência dos centros de decisão para as cidades, onde os bacharéis [...] já não se conformavam em estar a serviço do governo como antes, porque agora pretendiam ser governo (MELLO, 1979, p.168)

Assim, uma nova conjectura política prestes a se formar, as grandes oligarquias das zonas rurais perdiam um pouco seu poder, os grandes coronéis agora, começavam a ter sua autoridade política minada pelas classes burguesas urbanas, que sonhavam em conquistar seu lugar de poder dentro da política.

A Paraíba a partir de 1930, se processa em uma constante disputa inter-oligárquicas, as grandes famílias digladiam-se com o objetivo de ver quem iria permanecer na liderança da política no Estado, Agora lembra-nos que:

Temos a cisão inter-oligárquica entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, quando da indicação para a sucessão presidencial de 1929. A vez era dos mineiros, sendo nomeado outro paulista, Júlio Prestes, e com isso, quebra-se o pacto harmonioso que dominou a política nacional durante a República Velha na tão conhecida Política do café-com-leite. (AGRA, 2016, p.5)

A partir dessa cisão dentro da própria base, alguns Estados considerados de segunda grandeza que reivindicavam melhores tratamentos frente ao governo federal, como Paraíba e Rio Grande do Sul, aproveitando-se da oportunidade para concorrer às eleições, se aglutinam em torno da Aliança Liberal, constituindo um grupo de oposição, lançando como candidatos o Gaúcho Getúlio Dorneles Vargas e seu vice o Paraibano João Pessoa.

Considerado um dos capítulos mais importantes da história da Paraíba, não poderíamos deixar de citar a Revolução de 30, vinculou-se de tal maneira à ação político-administrativa do presidente João Pessoa¹³, que terminou como ator histórico após sua morte.

João Pessoa, sobrinho de Epiácio Pessoa obteve relevante apoio de seu tio indicando-o para Presidência do Estado, o mesmo residia no Rio de Janeiro quando confessou a José Américo que viria a Paraíba “dar uma vassourada”, como afirma Mello:

Este começou com discurso de posse a 22 de outubro de 1928. João Pessoa ameaçou céus e terras. Declarou que desejava assegurar garantias a todos e que levaria a polícia a vasculhar propriedades à procura de armas que abasteciam o cangaço. Muitos coronéis do epitacismo eram notórios coiteiros e engoliram em seco a advertência. (MELLO, 2011, p. 122)

Vale salientar que João Pessoa, com o apoio de seu tio veio de um governo de origem oligárquica, representando os interesses das elites paraibanas, evidentemente seu tio Epiácio Pessoa mesmo distante, fazia-se presente através de cartas de orientação ao seu sobrinho. Porém o mesmo continua firme com seus ataques contra o coronelismo, procurando sempre novos apoios como grupos

¹³ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, nasceu em Umbuzeiro, no dia 24 de janeiro de 1878 e morreu em Recife, 26 de julho de 1930. Era sobrinho de Epiácio Pessoa, presidente da República (1919-1922). Foi auditor-geral da Marinha, ministro da Junta de Justiça Militar, ministro do Superior Tribunal Militar. Foi candidato em 1930 à vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, mas perderam para à chapa governista, encabeçada por Júlio Prestes.

urbanos, comerciantes, funcionários públicos, mulheres e estudantes. Como afirma Guimarães:

A administração João Pessoa (1928/1930) apresenta dois pontos chaves: 1) regulamentação das relações sociais e políticas no Estado, em resumo: substituição das chefias municipais (agora eleitos e não mais indicados); desarmamento dos coronéis e proibição de relação destes com o cangaço, além da subordinação da polícia e da justiça às ordens da presidência do Estado. 2) o controle dos tributos através da concentração do comércio na capital era outro ponto fundamental da administração pessoista, traduzindo-se no fortalecimento do comércio do interior do Estado com o porto de Cabedelo, desviando as transações comerciais com o porto de Recife, que monopolizava o comércio da Paraíba. (GUIMARÃES, 2016, p.4)

Getúlio Vargas em âmbito nacional, estipula cada vez mais medidas que, se notabiliza por criar um Estado forte, com o poder centralizado em suas mãos. Para tanto formulou medidas que viabilizou seu controle sobre estruturas políticas-regionais preexistentes. Com isso afirma Gurjão,

Criou-se uma máquina burocrática que escapava ao controle direto das oligarquias regionais centralizando o poder. Todavia esta centralização foi viável, na medida em que resguardou os fundamentos do poder local e a sobrevivência das oligarquias, contudo a relação entre estas e o poder central é reordenado... (GURJÃO, 1994, p.106).

Percebemos que essas medidas adotadas por Getúlio influenciaram a política dos Estados, no caso da Paraíba. Esse Estado, da década 30, seguiu os parâmetros da política nacional intervencionista, nacionalista e corporativista. A partir de então, as forças oligárquicas locais vão se readaptando a nova realidade político-social. O poder era centralizado nas mãos do Estado, ceifando aos poucos as políticas de coronelismo, que tanto prejudicavam o governo atual.

Enquanto isso, Getúlio Vargas, atuará como árbitro dos conflitos inter-oligárquico no Estado, apoiando sempre aquele grupo político que melhor representa seus interesses, ou seja, trazer para seu lado as forças necessárias para a correlação de seus futuros planos.

O desfecho na Paraíba do movimento revolucionário de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, foi a ascensão política do grupo ligado a José Américo de Almeida, inaugurando no Estado um período que na historiografia política paraibana tem sido denominado de americanismo. Assumindo a intervenção federal no Estado logo nos primeiros dias de outubro juntamente com a “chefia civil do Norte”, José Américo seria

logo nomeado por Getúlio para o importante cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas por indicação do tenente Juarez Távora, líder da revolução na região, que justificou sua escolha como “uma merecida homenagem que a revolução presta à Paraíba, na pessoa do mais devotado e destemido dos auxiliares de João Pessoa” (GURJÃO, 1994, p.104)

Para Agra (2016), com a morte de João Pessoa, o poder do Estado ainda permanece com a oligarquia, embora desgastada, de Epitácio Pessoa. Assumiu o poder o vice Álvaro de Carvalho que também fazia parte da linha conservadora e tradicional dessa oligarquia e não era adepta ao movimento armado, além disso, ainda teve de sofrer com as pressões de um lado da ditadura de José Américo e de outro tinha de obedecer às ordens de Epitácio Pessoa, chefe dessa oligarquia. Segundo Aires

A construção do mito João Pessoa, cuja discussão perpassa todos os capítulos desse trabalho. Desde o dia do assassinato do, então, presidente paraibano, foi se criando uma atmosfera mítica em torno de seu nome, santificando-o, heroicizando-o e cultuando a sua “martirização”. No imaginário coletivo, ele “obrava milagres”, seu espírito era bastante invocado para resolver questões terrenas. Os vitoriosos de 1930 o tomam como exemplo a ser seguido e passam para a sociedade a mesma missão: seguir os passos do “grande paraibano”, “bravo” e “resistente”. (AIRES, 2016. p. 11)

Os dias seguintes ao sepultamento de João Pessoa foram de muita comoção e convulsões. As cidades se encontravam em estado de guerra. Passeata, discursos, polícia na rua e incêndios eram recorrentes nesse período. O movimento crescia, com o apoio da população aderindo às ideias revolucionárias. Na Paraíba o clima era o mais tenso de todo o Nordeste.

Os setenta dias que transcorreram entre a morte de João Pessoa e a Revolução de 30 constituíram um dos períodos mais dramáticos da história da Paraíba. Como passeatas, discursos e boletins exaltados se sucedessem, o Exército tentou intervir, o que aumentou a tensão. As autoridades federais reagiram, transferindo a sede da região militar e contingentes de todo nordeste para a Paraíba, mas os soldados que foram ocupar Princesa cruzaram a divisa com Pernambuco dando vivas a João Pessoa. (MELLO, 1995, p.182).

Portanto, no auge do movimento de trinta, no Estado Paraibano, as disputas pelo poder aumentaram. Essas disputas se originaram dos grupos políticos que lutaram ainda juntos na guerra de Princesa e na Aliança Liberal. Agora divididos, eles vão se confrontar constantemente pelo poder político do Estado.

Nesse contexto, surge o nome de José Américo de Almeida¹⁴ para comandar a política no Estado. Enquanto isso, os irmãos de João Pessoa, receosos dessa liderança, junto com grupos políticos ligados ao Epitacismo, procuram legitimar-se na política estadual como herdeiros do legado político. Essa cisão gerada no ceio de oligarquia Epitacista, irá no porvir, com a constitucionalização do País em 1932, criar os dois principais partidos oligárquicos no Estado.

O advento de Revolução de 30, significou a transferência do poder na Paraíba para as mãos de José Américo de Almeida que durante o sub-sequente mês de outubro o exerceu como interventor do Estado e chefe do governo central provisório do Norte. (MELO, 1994, p. 185)

José Américo, foi favorecido pelo contexto histórico, será nomeado por Getúlio Vargas como interventor do Estado da Paraíba, assumindo grande prestígio frente ao governo federal. Procurando legitimar o poder vigente, investia politicamente no nordeste através de obras contra a seca, portanto, evitando tensões sociais e futuras ameaças de revoltas contra o sistema coronelístico local, bem como, criava sua imagem de pai dos pobres trazendo a classe subalterna para seu lado.

Já os investimentos maiores como construção de açudes, barragens e estradas, eram destinados, a criar uma imagem de benfeitor na região. Assim, para Agra (2016), sua força política ia aumentando cada vez mais sob qualquer outra pretensão, tornando-se o melhor situado para dar as cartas do jogo político no Estado. Com a força necessária em suas mãos, José Américo a partir do movimento constitucionalista de 32 reconstruía o poder oligárquico no Estado sob seu comando.

É nesse contexto, que se processa a política paraibana durante o período Vargas, após a eclosão do movimento de trinta no Estado, nesse período a política paraibana será marcada por constantes disputas inter-oligarquicas à fim de assegurar o poder político no Estado.

Com o fim do movimento constitucionalista de 32, em São Paulo, um movimento de derrota deste Estado para as tropas federais, teve como triunfo

¹⁴ José Américo de Almeida (1887-1980) nasceu no engenho Olho d'Água, município de Areias, Paraíba, no dia 10 de janeiro de 1887. Estudou no Seminário de João Pessoa e no Liceu Paraibano. Mudou-se para o Recife, onde ingressou na Faculdade de Direito, concluindo o curso em 1908. Exerceu a magistratura, foi promotor da comarca do Recife e da comarca de Sousa, na Paraíba. Em 1911 foi nomeado Procurador do Estado. Foi governador da Paraíba. Durante seu mandato fundou a Universidade Federal da Paraíba, sendo nomeado seu primeiro reitor. Entre 1930 e 1934, no governo de Getúlio Vargas, foi nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas. Em 1935 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União. Em 1945 foi eleito Senador pela Paraíba.

mobilizar as forças políticas e o povo, a se organizarem na constituinte de 3 de maio de 1933. Entretanto, essas eleições serão marcadas pelos rearranjos das facções oligárquicas e o seu retorno definitivo ao cenário político nacional.

Após o entusiasmo dos primeiros tempos que se sucederam à vitória da Revolução de 1930, a situação política começou a se tornar ambígua pela ausência de uma definição ideológica por parte do Governo Provisório. Tal situação provocou um vácuo político, conduzindo os grupos ideológicos a se organizarem a fim de influenciar o novo governo.

Em âmbito nacional, essa constituição foi retardada pelo eclipse político do domínio tenentista, aliado da chapa da Aliança Liberal, que pretendia ampliar sua fase revolucionária no sentido anti-oligárquico. Tempos depois, com a revolução constitucionalista e o declínio tenentista, a Assembleia Constituinte é eleita e começa seus trabalhos no dia 15 de novembro de 1933. De princípios Liberais e medidas nacionalista conservadora, o País torna-se uma República Federativa. Em 1934, Getúlio Vargas será eleito Presidente do Brasil de forma Indireta.

Feita a constituição, Vargas até então governava com os tenentes, recompõe-se com as oligarquias Paulistas e as demais, iniciando uma carreira notável de êxito político, marcado pela dissimulação e pela habilidade compondo-se conforme seus interesses e impondo o jogo por fina estratégia nos compromissos que fazem dele talvez o mais sagaz de todos os chefes de Estado que o Brasil já teve. (IGLESIAS, 1993, p. 235)

Na Paraíba, o período que segue a deflagração do processo de constitucionalização em fins de 1932 é marcado por significativos descontentamentos e conflitos inter-oligárquicos e nesse período as disputas foram acirradas. Como ressalta Gurjão,

O grupo que em 1930, levantava a bandeira da Revolução, agora dividido, concorre pela predominância da política Estadual, no bojo do movimento de reconstrução do poder oligárquico, a conjuntura histórica favorece a facção dirigente sob a chefia do minuto da viação, impondo assim o amercismo apoiado por coronéis, oligarquias, correligionários e adversários de 1930 (GURJÃO, 1994, p. 119).

No processo de constitucionalização, a Paraíba monta seus partidos políticos, oriundos da cisão inter-oligárquicas, surgem os dois principais partidos no Estado que irão no porvir se confrontarem eleitoralmente pela disputa do poder político. São eles, o partido situacionista Partido Progressista (PP), sob o comando de José Américo e

seus aliados e composto de adversários perrepistas de 1930. Enquanto os dissidentes oposicionistas liderados por Joaquim Pessoa e Antônio Botto de Meneses, junto com grupos Epitacista, formam o Partido Republicano (PRL) no Estado. Ambos vão reivindicar o direito sob o manto de herdeiros político do legado de João Pessoa

Durante as campanhas eleitorais, terá ressalva o partido situacionista, que caracterizava por ter ajuda constante do governo federal, seja para agricultores ou para coronéis, isso garantia uma correlação de forças que rompe e garante a vitória situacionista.

Na fala de Agra (2016), esses investimentos voltados para o campo demonstra que a força dos votos nesse período residia no eleitorado rural, grosso da população que eram manipulada e dominada, pelo coronéis ligado ao situacionismo, ficando o núcleo oposicionista enfraquecido, visto que sua força reduzia-se a três cidades no Estado, são elas: Patos, Umbuzeiro e Itabaiana, sem muita força para reverter o quadro, acabariam por ir se esfacelando e aceitando integrar-se na força situacionista.

Outro ponto forte do sistema situacionista residia, sobretudo na figura de José Américo, chefe político paraibano desse período, que com grande prestígio junto a Vargas, soube aproveitar-se do quadro de crise, agravada com a seca que assolava o Nordeste, para através dos investimentos erguer-se politicamente, com o apoio incontestante dos coronéis do algodão e da pecuária, principais fontes da economia paraibana nos anos trintas. O PP garantiu o domínio na política estadual nos diversos níveis. Com um prestígio político acima de qualquer pretensão José Américo é eleito Senador do Estado.

Na Paraíba, a força e o prestígio do agora Senador José Américo, garantiam as oligarquias no poder. Essa correlação de força permitiu a José Américo, indicar o nome do sucessor do interventor Gratuliano Brito para o governo do Estado, sendo ele à época o secretário do interior e Justiça e presidente do PP no Estado, Argemiro de Figueiredo. Argemiro de Figueiredo será a Segunda peça fundamental para dar continuidade ao projeto de Vargas de centralizar o poder no País.

Referindo-se ao processo de constituição e a transferência do poder no Estado Paraibano Martha Falcão cita que:

[...] sob a liderança do “Amerecismo”, a Paraíba realizava a transição do regime discricionário para o regime constitucional, partindo para a elaboração de sua constituinte que por sua vez, conservaria e preservaria os fundamentos do mandonismo local. Estes, assegurados pela reprodução das tradicionais relações de produção, fundamentados por relações pessoais de

dominação política, subordinando a massa explorada e as oligarquias locais ao controle do aparelho estatal[...] (FALCÃO, 2000, p.145)

Dessa forma, a constituição Estadual, feita para as oligarquias locais, garante intocada a sua estrutura de poder no Estado, pois essa constituição não alterou a estrutura agrária, base de poder das oligarquias, e ainda conservou as relações de subordinação no campo, dos trabalhadores aos coronéis. Entretanto, apesar de sua estrutura de poder não ter sido alterada, as oligarquias locais serão subordinadas ao controle dinâmico do País e com isso, o projeto Vargas tornava-se viável, o País ia deixando de ser agrário-exportador e tornava-se aos poucos urbano-industrial.

Obedecendo a esse contexto, Argemiro de Figueiredo¹⁵ assume o poder do Estado da Paraíba, procura conciliar o poderio oligárquico na Paraíba, com um projeto de “captação e absolvição das oligarquias dissidentes, através do discurso de harmonia e do conagraçamento da família Paraibana, liberta dos ódios do passado”, e também através da modernização conservadora de economia do Estado, onde a Paraíba deveria diversificar sua cultura agrária. Pretendia-se com essas medidas criar no Estado um quadro único de apoio aos planos de Getúlio Vargas.

Através dessas medidas, o jovem governador parte para uma coalizão de forças políticas, envolvendo oligarquias dissidentes e decaídas, Igreja católica e frações da classe trabalhadora, com o objetivo de unir as forças políticas da Paraíba em uma só, apagando dessa forma, qualquer núcleo de oposição que pudesse ameaçar os planos centralizadores de Vargas.

1.2 Fé e Poder: cenário religioso na Paraíba entre 1930 e 1937

A partir da década de 1920, a Igreja Católica organizou-se efetivamente para uma atuação mais decisiva, apresentando reivindicações mais amplas no cenário sócio cultural brasileiro e republicano, tanto nas esferas de sua legitimação de seus direitos e tradição, quanto nas esferas de difusão dos ideários católicos. Inicia-se uma luta dos católicos, a partir dessa década, com o objetivo de alterar as bases laicas e

¹⁵ Argemiro de Figueiredo nasceu em Campina Grande (PB) no dia 9 de março de 1901, filho de Salvino Gonçalves de Sousa Figueiredo e de Luísa Viana de Figueiredo. Durante 20 anos seu pai foi o chefe político da oposição ao coronel Cristiano Lauritzen, que, gozando de prestígio junto ao governo federal, dominava o cenário político de Campina Grande. Concluindo o primário em Campina Grande em 1914, Argemiro de Figueiredo cursou o Liceu Paraibano na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, até 1919. No ano seguinte ingressou na Faculdade de Direito de Recife.

agnósticas do regime, e para revitalizar o catolicismo brasileiro. Pensava a igreja, deste modo, reaver o poder perdido, aos poucos durante o decorrer do século passado.

A História da arquidiocese da Paraíba remota ao dia 27 de abril de 1892, quando o Papa Leão XIII, pela Bula Ad Universas Orbis Ecclesias desmembrou a então Diocese de Olinda o território que compreende os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, constituindo assim uma nova diocese com sede na capital, instalada em 4 de março de 1894, com a chegada do seu primeiro Bispo Dom Aducto de Miranda Henriques, nascido em Areia em 1855, filho de coronel, sua família fora muito importante nos atuais estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, ainda sendo no século XVII capitânias.

Vale salientar que o Dom Aducto acompanhou todo o revigoramento que o pensamento católico no Brasil passará desde meados do século XIX, com o ultramontismo romano, movimento conservador da Igreja, que ocorria no centro de sua instituição. Foi nesse ambiente de tradicionalismo que Dom Aducto teve suas influências como líder pastoral, não é de estranhar suas posições firmes diante de alguns assuntos que avançava para a modernidade de uma sociedade.

Logo com sua chegada fundou o seminário e o colégio diocesano. Instalando o Seminário, Dom Aducto visava à capacitação de um novo clero, com uma formação moral mais rigorosa nas bases doutrinárias da Igreja Católica, tudo isso demonstrava a preocupação que havia no bispo, em ocupar seu lugar de autoridade na sociedade paraibana.

Segundo Sousa Junior (2015), notabilizando-se pelas pastorais em que condenava o liberalismo, ateísmo, socialismo, maçonaria, comunismo, emancipação da mulher e o relaxamento de costumes trazido pelo urbanismo e a industrialização. O Bispo tornou-se símbolo de poder tanto eclesiástico como socialmente, em defesa da moralidade, e em breve se tornou Arcebispo do Estado.

Segundo Ferreira,

Sob a influencia de relações especiais entre Igreja e o Estado, a aproximação iniciou-se a partir da implantação da Diocese, em 1894, e do seu bom relacionamento com a oligarquia Alvarista. Vale ressaltar que, nos primeiros momentos da Republica na Paraíba, a oligarquia Venancista tentou implementar o projeto de laicização do Estado, mas foi alijada do poder, em menos de dois anos, com as mudanças na política nacional a partir do golpe de Floriano Peixoto. (FERREIRA, 2013, p.13)

Portanto, a consideração mútua entre os chefes do poder executivo e o poder eclesiástico, e a participação de ambos nos eventos civis e religiosos, fornecem de maneira clara o estabelecimento das relações entre Igreja e Estado na Paraíba. O clero vai ao longo dos anos desempenhar um papel relevante apoiando uma sociedade agrária e elitista, com respaldo nos valores cristãos aos interesses da ordem social, propagando sempre obediência aos poderes constituídos, evidentemente sendo estas orientações feitas a sociedade, bem pensadas pela Igreja, ao ponto que pretendia fazer a manutenção do poder político vigente, então aliado da poderosa Igreja Católica.

Dom Aducto sempre demonstra sua devoção ao Papa Leão XIII, e ao mesmo conclama a população a ler publicações católicas que defendam a moral de origem da religião, em uma carta pastoral publicada no jornal A Imprensa:

O immortal pontífice Leão XIII que resolveu, com aprumo e tacto social, as grandes questões de seu tempo, resumiu nestas palavras o ambito de nossos deveres para com a imprensa: cumpre aos catholicos, escreveu elle, sustentar, de uma maneira efficaz, a bôa imprensa..., concorrendo directamente para faze-la viver e prosperar, o que pensamos se não há feito bastante até agora (JORNAL A IMPRENSA, 1918, p.3).

Podemos pensar aqui, que a “boa imprensa” que o Bispo cita, seja aquela que ressalva os ideais católicos. Como o próprio jornal onde se era divulgada esta fala. Percebemos assim, como Dom Aducto utilizava da fala do então representante de Deus na terra, para respaldar os interesses da Igreja no território paraibano. Afinal, se era necessário o bom católico zelar para o mantimento da boa imprensa, logo também seria de interesse deste mesmo bom católico manter o jornal da Igreja Católica na Paraíba, pois logo esse se enquadraria no que o Papa afirmava como boa Imprensa.

Nessas cartas apostólicas ele sempre mencionava trechos, das cartas pastorais vindas de Roma, publicadas pelo Papa, onde Dom Aducto fazia questão de comentá-las, para então divulgá-las fazendo uma espécie de resumo dos ideais papais, podemos assim compreender que o mesmo verticalizava esse poder eclesiástico se colocando como interprete da vontade papal na Paraíba. Ressalta Neto,

Assim como no resto do Brasil, a Igreja Católica paraibana, sob a orientação de Dom Aducto, passou a empreender forte campanha de romanização da sociedade e de tentativa de se reaproximar do Estado durante as primeiras décadas da República. Para tanto, também lançou mão das estratégias que

já vinham sendo dinamizadas pelos demais bispos reformadores brasileiros: consciência da comunhão da diocese com Roma, integração com os demais bispos do Brasil, organização estrutural e pastoral da Igreja e combate aos “erros da modernidade”. (NETO, 2014, p.122)

Evidentemente, que a conjectura do que se enquadrava como os “erros da modernidade”, estavam tudo aquilo que representasse ideias progressistas, que pudessem ceifar a população do seio da “mãe” Igreja. A Igreja mantinha seu estado de atenção para conservar seu poder patriarcal sob a comunidade paraibana, porém nesse momento a sociedade está sendo aburguesada e os eventos sociais assumem novas formas, deixando o velho espaço de socialização e fiscalização (a Igreja), para inserir-se em outros onde pudessem interagir com maior liberalização dos costumes. Segundo Ferreira,

A instalação da Diocese da Paraíba e o avanço da romanização do catolicismo no Brasil marcaram profundamente a história local, á medida que esse processo envolveu questões fundamentais atinentes a política (relação entre Igreja e Estado), á instituição (relação entre Igreja e Santa Sé), ao clero e aos fieis. (FERREIRA, 2013, p. 12)

A Igreja não esteve em nenhum momento, comprimida perante os confrontos, pelo contrário, ela manteve-se em sua posição de atalaia, impondo e doutrinando por meio de exortações o seu rebanho, tal como Mello (2013), nos conta “(...) mas a Igreja, intuindo o advento dos novos tempos reagiu, condenando a maioria daquelas diversões que, na Paraíba, se consolidariam pelos anos vinte”.

Sobre a direção do Dom Aducto, a arquidiocese da Paraíba procura nas páginas dos periódicos e cartas pastorais uma reaproximação com a política local, se mostrando capaz de interagir com os assuntos comuns na sociedade, além de opinar sobre os movimentos políticos que agitavam o cenário nacional e local, sempre mantendo seus leitores informados de todas as atividades da arquidiocese da Paraíba.

Seguindo a linha romanizante da Igreja, onde adotar cartas pastorais como instrumento de difusão das palavras de ordem eclesiástica Dom Aducto, vê nas cartas um importante veículo de propagação dos apelos sociais em prol do catolicismo, pois para o mesmo a comunicação do homem com Deus só poderia ser feita através da Igreja. Como ressalta Lima:

Creemos que nenhum bispo no Brasil viu mas claro tudo isso do que o primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba, Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. Tal estado de cousas constitui matéria de várias de suas cartas pastorais; de suas pregações frequentes ao povo e as elites; de suas palestras especialmente com os mais interessados: os políticos e estadistas do momento; de sua correspondência escrita com os mesmo, propugnando-lhes a conversão [...] (LIMA, 2007, p.211)

Em muitas edições do periódico “A Imprensa”, podemos encontrar trechos de telegramas ou editoriais envolvendo o arcebispo Dom Aducto com políticos locais e nacionais a exemplo temos o trecho do telegrama do Arcebispo em 15 de novembro após a posse do Dr. Washiton Luíz na Presidência da República:

Exmo. Sr. Presidente da República, Rio. Apresentando jubiloso respeitosa homenagens Supremo Magistrado pátria querida, faço a Deus, fonte todo bem, votos de felicidades Governo V. Excia. fazendo poderes públicos Igreja Nosso Senhor cooperarem juntos edificação moral, alma toda sociedade humana, reprovando sempre o ateísmo, laicismo, origem primitivos males nossa República e respondendo sempre firme inimigos ordem natural sobrenatural visto infeliz lição e palavra profeta rei- Nisi dommus edificarit domum in vanum laboraverunt qui aedificant eam. Respeitosas saudações. Aducto – Arcebispo Metropolitano. (apud LIMA, 2007 p.366)

Ver-se claramente nesse trecho de umas de suas cartas, as intencionalidades, de manutenção do poder da Igreja, ao citar a necessidade de a Igreja e o Estado estarem juntos, na luta de males como o ateísmo e laicismo, movimentos que evidentemente minavam e eram extremamente opostos ao poder da Igreja.

Para Dias (1996), a imprensa católica deveria contribuir na restauração social por meio das seguintes tarefas: divulgar a doutrina social da Igreja, informar sobre as atividades dos inimigos e sobre os meios de combate já experimentados nas diversas regiões, propor sugestões e alertar contra os comunistas.

Após o Movimento de 30 o Arcebispo da Paraíba Dom Aducto, mostra solidariedade ao governador José Américo, e fez um apelo ao General Juarez Távora, chefe da Revolução do Norte, no sentido de ser inscrito na Bandeira Nacional o lema “Deus e a Pátria”, substituindo o lema “Ordem e Progresso” com seu ranço positivista.

Como mostra o telegrama,

General Juarez Távora – Bahia. Renovação cordialíssimos parabéns. Para inscrição eterna sua brilhante vitória, pedimos contribuir oportunamente mudança legenda bandeira nacional para “Deus e Pátria”. Saudações José Américo de Almeida. D. Aducto, Arcebispo da Paraíba” (MIRANDA, apud BRUNEAU, 1974, p.86)

Aproveitando o momento, D. Aducto envia a Getúlio Vargas o mesmo telegrama. Pois a Igreja esperava tudo da nova ordem estabelecida, porque contava com o levantamento das restrições à sua liberdade, sobre tudo no exercício de sua missão no campo educacional e assistencial.

Na Paraíba através do seu primeiro arcebispo, a Igreja Católica, revela o seu caráter monopolizante e autoritário, e, a sua incompreensão com relação aos movimentos religiosos populares, a Igreja tinha, na sua base social, o conjunto das classes dominantes e exprimia uma ideologia conservadora.

Os bispos mais empenhados no projeto reformador do Concílio Vaticano I – entendendo como reformadora a busca de maior unidade católica no território brasileiro, bem como a expansão do catolicismo com clero mais institucionalizado – encontrava forte oposição do antigo clero secular e introduzia as medidas de forma gradativa, a fim de evitar conflitos maiores. Os bispos reformadores se caracterizavam pela busca da disciplina eclesiástica: (1) com a formação espiritual e intelectual do clero, (2) com ênfase na catequese e difusão de novas devoções e (3) no rigor à disciplina eclesiástica com o combate à concubinação e às práticas profanas (OLIVEIRA, 1986, 157).

A romanização foi capaz de vetar boa parte das manifestações populares leigas. Neste processo houve uma ênfase naquilo que Bourdieu (2005) chama de monopolização da gestão de salvação pelo grupo de especialistas religiosos, detentores do saber religioso, em contraposição aos leigos que seriam os “destituídos do capital religioso”. Essa divisão redundava na separação simbólica cada vez maior entre o saber sagrado e a ignorância profana que o segredo exprime e reforça.

Neste cenário, há, de um lado, um domínio prático de um conjunto de esquemas de pensamento, adquiridos por familiarização, comuns a todos os membros dos grupos e, de outro, o domínio erudito de um conjunto de normas e conhecimentos explícitos sistematizados por especialistas pertencentes a uma instituição responsável por reproduzir o capital religioso.

Nesse raciocínio, Bourdieu (2005) demonstra evidente preocupação em relação à diferenciação do trabalho de produção simbólica em que haveria, de um lado, um grupo produtor dos bens simbólicos e, de outro, um grupo que seria consumidor desses bens. Assim, ressalta-se a separação entre os detentores do monopólio da gestão do sagrado, representado pelo corpo de administradores do

sagrado, e os leigos definidos como profanos, no sentido de serem os ignorantes da religião.

Nesse caso, há uma oposição entre competências religiosas ligadas à estrutura de distribuição do capital cultural. A romanização¹⁶ era um propósito de destituição dos grupos locais, com propósitos de concentrar no Vaticano e na figura do Papa o poder de manipulação dos bens de salvação.

Na prática, a romanização¹⁷ fez com que as relações entre a Igreja Católica e o Império se tornassem conflituosas. O Império objetivava manter a Instituição Católica sobre sua tutela, e os ideais do Concílio Vaticano I objetivavam que o clero seguisse os ditames papais, acreditando que, dessa forma, poderia expandir a fé católica “num sentido mais verdadeiro”.

Segundo Miranda (1988), esse exemplo serve para demonstrar a tentativa, por parte do clero, em ganhar espaço na nova ordem social. Apesar de não ver atendida a sua solicitação, D. Aducto não se decepcionou com os rumos do novo governo, que longe de ser intolerante para com a Igreja, manteve relação de cooperação.

Diante de seu prestígio com as camadas altas da sociedade paraibana, D. Aducto foi homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba com as seguintes ressalvas:

A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, concededora dos elevados dotes morais e cívicos do Exmo. Sr D. Aducto Aurélio de Miranda Henriques, que tão seguramente tem dirigido os destinos de sua Arquidiocese durante o largo tempo de trinta e seis anos, e testemunha de seu eficiente esforço pela educação da juventude, moralidade de costumes e ordem pública que resultam dos elevados preceitos da Igreja Católica, congratula-se com o S.Excia.Revma, na data de hoje (18 de setembro) em que completa cinquenta anos de sua vida sacerdotal, com o contentamento dos fiéis que bendizem o seu chefe e satisfação de todos os que fazem justiça reconhecendo as virtudes de um benemérito cidadão. (LIMA, 2007, p.484)

Na zona rural identificava-se com oligarquias latifundiárias e no setor urbano realizava um trabalho pastoral junto a classe média alta. A Igreja paraibana vai investir muito na celebração de seus rituais, não somente com palavras, mas, sobretudo, com

¹⁶ O tema em foco, visa mostrar o processo de romanização da Igreja Católica no Brasil, principalmente no declínio do século XIX e no período republicano. Este processo se deu de uma forma evolutiva tendo como referenciais o aspecto social, cultural e religioso da sociedade brasileira.

¹⁷ Para Tabraj (2000) O processo de romanização acontece unilateralmente, de cima para baixo. A Santa Sé dita as regras e todos os religiosos sujeitos a ela obedecem, inclusive com violência e descaso da massa popular brasileira, especificamente dos movimentos messiânicos, praticantes de romarias.

gestos e ações. As missas, as procissões e sermões que faziam encarnavam o espírito romanizante da Igreja Católica Brasileira.

Por mais que a constituição e leis nacionais afirmem de forma consistente a separação entre os campos político e religioso, a interação e implicações múltiplas entre estas duas instâncias da vida social é extremamente presente, como vimos no contexto de militantes políticos locais. As relações entre religião e política, no Brasil, superam diferentes períodos e contextos, passando por readaptações e transformações contínuas e dialogando estreitamente com as condições sociais, políticas e econômicas.

A instituição religiosa não ficou alheia a trama política estabelecida, devido ao seu processo que tornou compatível os interesses das oligarquias situacionistas com aqueles almejados pelo clero brasileiro, cuja aspiração máxima era garantir condições materiais de sobrevivência acoplando-se ao poder.

Os agentes sociais do campo religioso são dinâmicos e reagem ativamente no campo político quando suas demandas e crenças estão sob ameaça. Dessa forma, colocam no cenário público as crenças religiosas, levando-as em consideração, muitas vezes de maneira decisiva, para se fazer escolhas políticas.

Assim, se uma das dimensões da secularização é a separação das dimensões religiosas e políticas, pode-se dizer que isso não tem ocorrido de forma linear ou preconcebida. Muito disso se revela no fato de que os atores sociais mostram grande habilidade de relacionar e vivenciar estas duas instâncias que não estão restritas à esfera privada e íntima, como teriam pensado alguns autores, mas presentes nos discursos e motivações para a representação política em espaço público.

Em contexto local, isso advém da formação e organização de comunidades, bem como da formação de lideranças que emergiram do processo de descentralização paroquial, que promovendo uma ampla transformação social local, para além dos propósitos religiosos, facilitou a emergência de novos atores influentes e novos espaços de sociabilidade local que favoreceram o desenvolvimento da habilidade do exercício de liderança.

Portanto, entendemos que os intelectuais da Igreja interagiram com os representantes das camadas sociais em ascensão nos anos 30 para promover a unidade ideológica dos grupos sociais, que se fazia necessária para o desenvolvimento do Estado e da sociedade burguesa.

CAPÍTULO II
“A BOA E MÁ IMPRENSA”: REFLEXÕES SOBRE O JORNAL “A
IMPRENSA CATÓLICA” E “A UNIÃO” NA PARAÍBA.

“A razão é porque a imprensa constitue hoje, mas que nunca, o principal alimento do espirito, assim para a vida, como para morte, tanto para o bem como para o mal.”

(Dom Aducto)

Este capítulo faz uma análise com base nas concepções do Dom Aducto sobre a imprensa, o mesmo já tinha na imprensa a certeza de que era um meio de comunicação poderoso, a qual poderia ser aliado ou não do catolicismo. Segundo Lima (2016), dentro dos atrios da igreja imperava a apostasia, que segundo Dom Aducto isto acontecera devido às leituras de literaturas, classificadas por ele como prejudiciais à fé e os bons costumes. O discurso de Dom Aducto na tentativa de persuadir e trazer de volta àqueles que haviam se afastado do seu aprisco, Dom Aducto exorta-os mostrando-lhes suas obrigações, enquanto ovelhas de seu rebanho, “é dever de todos os catholicos sustentar, conforme suas posses, a bôa imprensa, avigorar, na medida de suas forças, o jornalismo catholico” (CARTA PASTORAL, 1918, p. 7).

Nesta Carta Pastoral Dom Aducto reprime seu rebanho quanto à leitura de livros, jornais e folhetos que disseminavam os ideais políticos republicanos vigentes na época.

[...] A má imprensa é a causa da perda de nosso tempo, da nossa Patria. Que vêm a ser os periodicos ao serviço dos que só espalham a mentira e a immoralidade? Uma tal imprensa mata a alma, corrompe os espiritos e serve de estímulo às paixões. Esta imprensa é uma fonte impia e envenenada em que bebem quotidianamente milhares de indivíduos, perdendo o seu coração e corrompendo a sua alma [...] (CARTA PASTORAL, 1918, p.13).

No corpo da Carta Pastoral percebe-se um discurso maniqueísta/dualista equipado de elementos tais como: vida e morte, boa e má, moral e amoral. Dom Aducto ver-se com a responsabilidade de batalhar contra o seus opositores para assegurar que os fiéis da Santa Igreja, à ele confiados, permaneça no Caminho da vida.

Para Lima (2016), em todo o transcorrer do corpo da Carta Pastoral há elementos que propõe dois caminhos, sendo que apenas uma deve ser a opção escolhida, que consiste em: estar a favor da “boa imprensa” ou contra ela. Aqueles que optassem por acolher os princípios difundidos pela “boa imprensa” seriam recompensados com uma educação de excelência que resultaria em mudança intelectual e moral. Enquanto que os optassem por uma imprensa que não fosse a “boa”, não passariam de seres infelizes que

[...] vão corrompendo, aos poucos, insensivelmente sua inteligência, seu coração com a leitura de mãos livros, péssimas revistas, ruins folhetos e jornaes, todos impregnados, tanto ou quanto, de erros modernos, de mentiras e calumnias que logo se lhes pegam na alma e passam ás famílias e amigos (CARTA PASTORAL, 1918, p. 5)

Ao elaborarmos uma reflexão acerca da história da imprensa periódica no Brasil, partimos de um dos temas mais debatidos nas últimas décadas pela historiografia Contemporânea: O uso dos jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. No cerne destas discussões entre os historiadores da imprensa, busca-se identificar e problematizar a sua relevância para o conhecimento histórico.

O campo da pesquisa em História das Religiões e História Política no decorrer dos anos tem obtido uma abertura quanto as novas abordagens novos objetos e a possibilidade de pesquisa por meio de uma gama de fontes como cartas, atas, diários, processos criminais, revistas, fotografias, documentos de natureza oral, jornais entre outras. Apesar da grande diversidade de fontes, destacamos o jornal como um importante instrumento historiográfico “para a escrita da História por meio da imprensa”. (LUCA, 2008, p.111).

Assim, historiografia alternou sua visão sobre o uso da imprensa como fonte de pesquisa. Segundo Tânia Regina de Luca, ainda na década de 1970, eram poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisa. A autora destaca que já havia uma preocupação em escrever a história da imprensa, mas relutava-se em escrever uma história por meio da imprensa.¹⁸ A afirmação de Tânia Regina de

¹⁸ Tanto Tânia Regina de Luca quanto Maria Helena Rolim Capelato buscam como exemplo o livro de José Honório Rodrigues intitulado **Teoria da História do Brasil**, de 1968, como modelo do olhar desconfiado ainda presente na escrita da História com os tabloides escritos como fonte de consulta. Passagem interessante a esse respeito é referida por Capelato (p. 20) da obra de Rodrigues: “O editorial é a parte menos digna de fé, a notícia e o anúncio devem ser usados com cautela pois contêm erros”. Um trabalho clássico que é exemplar sobre a escrita da história da imprensa é o de

Luca evidencia o receio presente entre os historiadores que, até pouco tempo, não confiavam nos meios jornalísticos como fonte para suas pesquisas, embora também já houvesse trabalhos consagrados que utilizavam os periódicos como fonte.

O temor por sua utilização se afirmar, de acordo com Maria Helena Rolim Capelato, na obsessão dos historiadores em busca da verdade.

Até a primeira metade deste século [século XX], os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas em relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade. Neste último caso, a notícia era concebida como relato fidedigno da verdade (CAPELATO, 1988, p.21)

Ou seja, podemos constatar que as duas abordagens sobre seu uso como fonte negavam a pluralidade e diversidade dos jornais, criando modelos antagônicos sobre seu uso, dando origem a duas generalizações estagnadas e desprovidas de análise crítica do documento. Contudo, essa concepção do uso do jornal como fonte, aos poucos, foi sendo superado, produto de um empenho para se repensar a História, suas dificuldades, enfoques e objetos.

No entanto, na perspectiva de Reis (2000), todo esse olhar desconfiado ao jornal pela historiografia brasileira até 1970 contrasta com a visão com que a historiografia francesa, por exemplo, já encarava o periódico como documento histórico. Sem intenção de fazer uma análise exaustiva sobre os movimentos historiográficos, cabe destacar que desde o advento dos Annales vão ocorrer mudanças na concepção daquilo que é fonte documental, com uma ampliação significativa da fonte de pesquisa histórica, e, nesse alargamento, eram aceitos desde objetos de cultura material a obras literárias, séries de dados estatísticos, até imagens iconográficas, de canções aos testamentos, de diários particulares anônimos aos jornais que poderiam ser, agora, usados pelo historiador.

Sendo essa “revolução documental” e a nova definição daquilo que é fonte histórica uma das grandes novidades trazidas pelas primeiras gerações dos Annales, consistindo essa abertura simultaneamente numa concepção de uma história-problema, embasada a problemáticas e hipóteses no início da pesquisa, a um apelo à interdisciplinaridade e a inovadora proposta de história total por parte dos Annales.

Apenas na terceira geração dos Annales, com o fortalecimento da História Cultural pós-movimentos de maio de 1968, que o quadro da historiografia brasileira passa por alterações em sua relação com o jornal como documento-fonte.

Como ressalta Elmir (2012), a consulta a um periódico não pode ser feita sem uma criteriosa análise, exigindo uma leitura diferente daquela que é feita a um jornal do dia a dia, por exemplo. Assim, é fundamental que não se estude o jornal de maneira isolada. O contraponto com outras fontes é fundamental, até porque o jornal se encontra:

Em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico. (ELMIR, 2012, p. 18-19)

A compreensão dessa diferença dá uma boa fundamentação ao pesquisador que pretende usar a imprensa escrita como fonte de pesquisa. Dá maior complexidade ao analisar a fonte, e vacina o historiador contra o equívoco simplista de achar que, na pesquisa em jornal, terá uma noção global do contexto em que pesquisa. Não obstante, Elmir (2012) pondera para outro erro comum na pesquisa em periódicos que, em uma análise particular, pode ser válida para análise de qualquer fonte: a ideia de realizar uma pesquisa com resultados pré-concebidos, que invariavelmente tendem a levar o estudo a uma vulgarização. Pensamos que, dessa maneira, o historiador procura não uma investigação, mas apenas corroborar e confirmar aquilo que ele mesmo já elencou como “verdade”.

Todavia, é preciso levar em consideração que a compreensão do passado não se dá apenas por intermédio de um só discurso, mas a história é construída tomando como referência as várias interfaces que subsidiam as visões sobre determinado acontecimento, o que nos leva ao entendimento de que a reconstrução histórica acontece a partir do olhar crítico do pesquisador sobre as várias fontes. Tomando como referência esse pensamento destacamos a importância do cruzamento de fontes que possibilita ao historiador preencher algumas lacunas na historiografia.

A imprensa como força social ativa é uma importante fonte documental para a escrita da história. Esse capítulo parte do pressuposto de que os jornais são fontes inesgotáveis para o estudo da história do Brasil. Com a instalação da ordem republicana, ocorrida em consequência da articulação militar que resultou no golpe de

15 de novembro de 1889, a linguagem jornalística não sofreu alterações, pois “os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e forma os republicanos, com mais combatividade os monarquistas.”¹⁹ Além disso, é importante ressaltar que nesse período, verificou-se a emergência de uma imprensa “que se pretendia missionária na pregação do Brasil Civiliza-se!”²⁰

A partir do ano de 1895, verificou-se uma mudança no cenário do jornalismo impresso. Segundo Nelson Werneck Sodré, durante essa fase de infância das relações capitalistas, “os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função.”²¹ Dessa forma, o jornal que não adotasse os equipamentos e práticas modernas como rotativas, telégrafo, trabalho assalariado, divisão de tarefas e que, além disso, não se adaptasse à forma capitalista, seria excluído e estaria condenado até ao desaparecimento.

Para Vieira (2010), no que se refere à disciplina de História, no ensino e na investigação sobre os mais variados temas e problemáticas, a utilização de materiais da Imprensa atualmente está cada vez mais generalizada. E, tais usos nos distanciam de um tempo em que a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade.

Segundo Silva (2006), no campo da história política a imprensa adquire importância como objeto historiográfico quando, consideramos a especificidade do político, em sua dinâmica própria, e as relações de mediação entre a sociedade e o Estado.

Com a renovação da História Política, Remond constata a ampliação de seu campo, através do contato com outras áreas de conhecimento, como a psicanálise, linguística, cartografia, entre outras, possibilitando, por exemplo, pesquisas orientadas para análise do discurso, pesquisas de opinião, etc.

O jornalismo, desde sua origem, serviu como fonte de informação e como meio de estabelecer registros de acontecimentos e fatos importantes para toda a sociedade. Nesse sentido, o arquivo jornalístico constitui-se uma rica fonte de informação.

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 371.

²⁰ MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Organizadoras). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 11.

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. op. cit., p. 405.

2.1 “A união”: Impresso oficial do Estado da Paraíba

O jornal é um documento rico em informações, acontecimentos e opiniões das mais diversas, tornando-se uma profícua fonte para visualizarmos a dinâmica da sociedade e do campo educacional de determinada época.

A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina [e rural]: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais [...] (VIEIRA 2010, p.13)

Nesse sentido, é possível perceber que o jornal possibilita ao pesquisador múltiplos olhares sobre personagens e temáticas diversas. Além disso, o jornal caracteriza-se como documento abastado de detalhes sobre a educação e “[...] é difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projecto educativo nos últimos dois séculos”. (NÓVOA, 1997, 30 e 31).

Acredita-se que o Jornal A União, por ser o periódico mais antigo em circulação no Estado da Paraíba, possa melhor contribuir para rememorar a história social paraibana. As informações registradas nas páginas do Jornal A União, são uma fonte inesgotável de pesquisa para a sociedade paraibana, pois a partir da leitura dessas informações podemos constatar fatos e acontecimentos importantes não só do Estado da Paraíba, como também do Brasil e do mundo, encontram-se armazenados em seu acervo.

Seu conteúdo era baseado no enaltecimento das obras públicas implantadas pelo governo vigente, discussões públicas que espelhavam a correlação de forças políticas, bem como temas dos mais diversos assuntos que de alguma forma engrandeciam os atos do governo nacional e local. É importante salientar que o referido jornal por meio de suas estratégias discursivas visava influenciar o leitor quanto ao bom desempenho político do governo da época. Todavia, consideramos esse fator não como ponto negativo, mas como forma de observar o jornal enquanto fonte que expressava o ponto de vista de quem o produz.

O referido jornal pode ser localizado em João Pessoa, pelo menos em três arquivos: Arquivo Histórico Waldemar Duarte (FUNESC), Instituto Histórico e

Geográfico da Paraíba (IHGP) e na Fundação Casa de José Américo. Os jornais estão organizados por ano e divididos por meses, em sua maioria, conservados e bons para o manuseio do pesquisador. O jornal A União assumiu aparência de um livro e, nessa época, ainda tínhamos “a paginação em série; as páginas também eram numeradas para que se formasse um livro, possibilitando a sua encadernação”. (BARBOSA, 2007, p.27). Assim, o jornal A União continuava, desde o século 19, a aderir o formato de um livro, o que atraía o leitor paraibano.

Nessa linha de raciocínio, ressaltamos aqui que o tempo vivido nos arquivos é bem agradável, “... e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrando, que precisamos fechar os documentos e partir, sem continuar a leitura até o dia seguinte” (Bacellar, 2008, 24). Sendo assim, percebemos como os jornais encantam o pesquisador com a riqueza de detalhes e informações das mais diversas.

O trabalho com jornal pode revelar histórias tão distantes e ao mesmo tempo tão próximas a nossa realidade. Faz-nos enxergar mudanças e permanências históricas Hobsbawm (1998) em sua estética e conteúdo. Traz discussões políticas, relatos, interesses econômicos, artigos, opiniões e notícias, muitas vezes fascinantes que levam o pesquisador a se mostrar apaixonado. Entretanto, essa fascinação pela fonte pode “enfraquecer o distanciamento crítico do historiador” (MALATIAN, 2009, p. 205). Nesse sentido, é necessário que ele estabeleça um afastamento e sempre observe as fontes com um olhar atento e crítico, a fim de questioná-las e buscar conexões com a temática proposta.

O jornal é uma fonte infinita de informações, no entanto, não pode ser analisado isoladamente, pois, o mesmo fazia parte do sistema político administrativo, cultural, social e religioso da sociedade paraibana na busca de compreendê-la em sua totalidade exige a busca por informações a respeito da história da Paraíba, do periodismo e da Igreja Católica.

Assim para compreendermos melhor, voltaremos na década de 1920, um período de mudanças no Brasil, reflexo de acontecimentos externos que repercutiram no país. A Paraíba não fica de fora desse processo. Nessa década, o pequeno Estado nortista se insere numa inédita temporada de modernização e mudanças que alcançam vários níveis sociais no Estado. Segundo Jose Octavio de Mello:

Enquanto uma economia primária e até então quase fechada, abria-se, sensivelmente aos estímulos trazidos pela grande guerra - o que vale, sobretudo, pra o algodão-, o sertão saía de seu isolamento, em que avultava o cangaço como braço armado de um “feudalismo bronco e avassalador”, para admitir, no declínio das oligarquias que se precipitava, e incontornáveis cisões de seus grupos familiares, a transferência dos centros de decisão para as cidades, onde os bacharéis [...] já não se conformavam em estar a serviço do governo como antes, porque agora pretendiam ser governo (MELLO, 1979, p.168).

As eleições nacionais se aproximam e a “política do café com leite” chega ao fim. As articulações internas da oligarquia paulista decidem que o sucessor do Presidente Washington Luís não seria o mineiro Antônio Carlos de Andrada, como estava acordado. Júlio Prestes, Presidente de São Paulo era a nova opção. O fato representa o fim desse sistema de poder que sustentou a República por décadas. A consequência direta disto é a criação de uma oposição articulada pelos mineiros.

As oligarquias deste Estado unem-se às lideranças gaúchas, que há tempos reivindicavam mais espaços nas decisões políticas nacionais, forma-se então o 6 “núcleo duro” da Aliança Liberal, que representará oposição à candidatura de Júlio Prestes. A Aliança Liberal apresenta como candidato a sucessão o Presidente do Rio Grande do Sul e ex-Ministro da Fazenda, Getúlio Vargas. O governador de Pernambuco, Estácio Coimbra é convidado para compor a chapa, porém recusa o convite, uma vez que, já estava articulado com o Catete. A Aliança recorre então a Epitácio Pessoa, que concorda com a indicação de seu sobrinho João Pessoa, para composição da chapa.

É dentro desse cenário de mudanças significativas que observamos como o Jornal A União, influenciou durante o período de disputas eleitorais, partindo do recorte das edições de 01 de janeiro de 1930, onde a mesma já ressalta o apoio do jornal a campanha liberal com a seguinte manchete “O Rio acolheu com extraordinária vibração cívica os presidentes Getúlio Vargas e João Pessoa.” (Jornal “A União” 01 de janeiro 1930). Nas demais edições do jornal é perceptível como esse meio de comunicação foi de grande importância para a propaganda ideológica do partido Liberal.

Entrada triumphal dos candidatos liberaes em S.Paulo, mais de 100,00 pessoas aclamaram em delírios, os presidentes Getulio Vargas e João Pessoa. Jamais se realizara na metropole paulista uma consagração popular tão expressiva e brilhante. (Jornal A União, 08/01/1930)

Diariamente conseguimos observar nas edições, a grande demonstração de apoio que o editorial do jornal tem feito em prol da campanha, por muitas vezes utilizando termos de elogios eloquentes como na edição a seguir: “O governo João Pessoa, tudo por um Brasil maior, por uma pátria digna de um povo livre. São fascinantes os princípios da Aliança Liberal.” (A União 14/01/1930)

FIGURA 2 – PRIMEIRA PÁGINA DO JORNAL A UNIÃO, 14 DE JANEIRO 1930



Não distante temos uma forte campanha através do jornal A União contra o candidato Júlio Prestes ao qual fazia oposição a Aliança Liberal, assim no editorial de 21 de janeiro de 1930 temos a seguinte manchete: “Ser partidário do Sr. Julio Prestes, hoje na Parahyba, é uma infelicidade, um motivo para um sofrimento quase físico.” Para Ciro Marcondes Filho (2009), ao discutirmos sobre “jornal e poder”, falamos sobre o fato de cada jornal representar interesses diversos, que vão desde os mais particulares até os políticos e de classe aos quais o veículo está ligado.

De acordo com o autor, "criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações" (MARCONDES FILHO, 2009 p.75). Ou seja, cada jornal, a partir de sua criação, dá eco às posições pessoais, de classe ou de nações.

É a partir da mídia escrita durante a década de 30, que os postuláveis a cargos políticos constituem visibilidade pública, pois esta seria responsável por produzir enquadramentos favoráveis a determinados candidatos, formaria a agenda pública e ainda contribuiria para a formação de capital político.

Segundo Brandão (2002), falamos sobre uma formação ideológica para caracterizar um elemento que pode ser utilizado como uma força confrontadora com outras forças em uma dada conjuntura ideológica, característica de uma formação social e um dado momento. Assim, percebemos nas edições de 18 de janeiro 1930, grandes exaltações aos candidatos liberais “As grandes homenagens com que a Parahyba o regresso de seu presidente.” Assim, como indicações de rejeição ao candidato do perrenpismo, “Crise do perrenpismo na Parahyba!” (A União 19/01/1930).

Pierre Bourdieu (1989), afirma que os discursos políticos são produzidos conforme as disputas por representações, na luta pelo poder simbólico entre os sujeitos políticos. Desta forma, nenhum discurso político carrega em si uma verdade absoluta. A legitimidade de um discurso não se encontra no conteúdo em si, mas depende do poder simbólico que acumula, da capacidade de atingir a quem lhe interessa e de atender suas aspirações.

Neste sentido, Prost diz que os enunciadores estabelecem estratégias discursivas, que seriam a: “[...] maneira como um sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles (PROST, 2003, p. 321).

Cada formação ideológica constituiria, ainda de acordo com Brandão (2002), um conjunto complexo de atitudes e representações que “não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras”.

O jornal “A União” obteve um comportamento fortemente partidário durante o período eleitoral de 1930, o jornal caracterizava suas ações, pelo ataque ao candidato adversário, mostrando o possível envolvimento dele em práticas ilegais durante o período, como na edição de 24 de Janeiro de 1930, a qual o jornal traz a publicação de “fraudes eleitorais do Perrenpismo”, acusando o juiz substituto da comarca de Piratininga SP, de cometer fraudes alistando 6.000 eleitores com documentos falsos. Dois dias após a publicação o jornal vem com a seguinte manchete “O irresistível movimento de consciências cívicas em prol da regeneração da República.” (Jornal A União 26/01/1930), declarando em suas linhas que o Brasil estava a necessitar de candidatos honestos e isso estava cada vez mais claro que seriam os candidatos do partido liberal.

Continuasse no decorrer dos meses uma exagerada demonstração de apoio, por parte do jornal A União, podemos ressaltar o orgulho em dizer que o candidato a vice presidente seria um paraibano, isso fica notório nas edições a seguir, com os seguintes destaques na primeira página “João Pessoa um homem honesto, justo, progressista. É o ídolo dos parahybanos.” (A União, 15/02/1930).

Com isso, nos apropriamos dos pensamentos de René Remond, que busca explicitar como o político está presente em todos os campos da sociedade, onde exerce uma interdependência e uma interdeterminância com as demais partes do todo (social, econômico, cultural, mental, cotidiano e etc). Para melhor exemplificar tal afirmação o autor nos mostra como os meios de comunicações apesar de não serem políticos podem se transformar em veículos da política, onde: Como mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem torna-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz os instrumentos que são transformados em armas. Remond (2003). Conceituando a política como uma atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder, fala que os partidos são políticos por possuírem esta finalidade, onde seus membros possuem a motivação de chegar ao poder.

Nessa concepção vamos perceber o quanto foi importante para a campanha do partido liberal, o apoio de líderes religiosos da Igreja Católica Romana, no qual, através de seus discursos religiosos influenciaram boa parte da população eleitoral. Podemos demonstrar através das edições de 20 de fevereiro de 1930, onde o arcebispo de Porto Alegre ao ser entrevistado pelo jornal, fala com eloquência da personalidade do Sr. Getúlio Vargas. Ressaltando “a intensa ação dos comícios de doutrinação cívico na Parayba e noutros Estados”.

Não distante o Padre Cícero, de Juazeiro, fala ao Jornal A União sobre o momento político:

Sou um admirador entusiástico do sábio e genuinamente republicano do governo do Sr. João Pessoa. [...] - conheço de perto do coração dos parahybanos, lá quem não é meu afilha é meu compadre. [...] Pode dizer ao seu jornal, e garantir ao Sr. João Pessoa que contam commigo todo aquelles que trabalham para o advento de um verdadeiro regime republicano. (A União 21/02/1930)

Segundo Oliveira (1992), embora a Igreja Católica estivesse oficialmente separada do Estado, ela tornou-se guardiã da ordem social, algo que se esboçou no fim nos anos de 1920 e se consolidou nos anos de 1930. A Igreja Católica era

reconhecida pelo Poder Público que “apoia suas obras beneficentes, escolas e hospitais, acata suas diretrizes sobre a legislação referente à família e aos bons costumes, e introduz o crucifixo nas repartições públicas” (OLIVEIRA, 1992, 42). Um dos sinais que evidenciam está “concordata” implícita “é a imagem do Cristo Redentor no ponto culminante do Rio de Janeiro, pairando sobre a capital da República”.

Assim, para Oliveira (1992), o entendimento político estava assentado no fato de a Igreja Católica desempenhava uma função pública e oferecia ao conjunto da população “ritos de passagem”, além de conferir solenidade a eventos sociais e familiares. Esta “concordata não escrita” inscrevia-se como uma decorrência natural do catolicismo romano na sociedade e na cultura brasileira”.

As lideranças religiosas que se engajavam na “política”, possivelmente mesclavam seus interesses políticos e religiosos que não têm um “sentido puro”, pois estão permeados de “razões, emoções, valores e convicções” que acabam por se mesclar. Isso fica evidente na edição a seguir, que traz as palavras do Conego Mathias Freire²², um dos editores do Jornal a Imprensa Católica na Paraíba.

O clero parahybano a qual me ufano pertencer, é composto de sacerdotes inteligentes e virtuosos, educados sob a égide providencial do grande arcebispo dom Aducto um dos luminares do episcopado brasileiro. [...] somos patriotas porque somos apóstolos da verdade. Amamos ao Brasil, porque esta terra, como nenhuma outra no planeta nasceu e quer sempre viver e prosperar á sombra da divina cruz.[...] somos liberais por princípios, por educação e por amos ao Brasil, [...] o clero parahybano não pode, em boa consciência colocar-se em lado oposto á corrente em que militam os homens da justiça, amigos da ordem, amigos do progresso, amigos da liberdade. (A União 23/02/1930)

²² *Matias Freire* nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no dia 21 de agosto de 1882.

Após cursar o secundário no seminário de sua cidade natal, ordenou-se padre em Recife. De volta à Paraíba, além de dedicar-se à poesia e à filologia, foi professor e diretor da antiga Escola Normal e do Liceu Paraibano, e publicou na imprensa local artigos que muitas vezes provocaram crises. A partir de 1908 exerceu também vários mandatos de deputado estadual, chegando a presidir a Assembleia do estado em 1913. Nesse mesmo ano, foi escolhido pelo presidente estadual João Pereira de Castro Pinto para representar a Paraíba no V Congresso Brasileiro de Esperanto, realizado no Rio de Janeiro. Tendo participado da Revolução de 1930 comissionado no posto de major, em outubro de 1934 foi eleito deputado federal pela Paraíba. Cumpriu mandato de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e sócio fundador da Academia Paraibana de Letras.

Almanaque da PB; BITTENCOURT, L. *Homens 2*; *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; *Diário do Congresso Nacional*; FREIRE, G. *Ordem*; MAIA, S. *Crônicas*; PINTO, L. *Antologia*.

Esta ideia é importante para não partirmos do suposto de que a religião e, sobretudo, o catolicismo, é uma forma unitária de representação da realidade, mas sempre contextual, negociada, repleta de relações de poder e processos dinâmicos, pois “a relação entre as mudanças ideológicas dentro da Igreja institucional nunca pode ser traduzida diretamente para a prática religiosa e criadora de significado dos leigos nas paróquias brasileiras” (THEIJE, 2002)

A seguir mais exemplos de reportagens de como o clero brasileiro e paraibano se envolveu na campanha eleitoral de 1930, confirmando veementemente seu apoio aos candidatos da campanha liberal:

Agora mesmo. Vemos incorporados aís caravanas libenraes sacerdotes que se fazem ouvir nos comícios populares sob a mais acolhedora e merecida estimadas massas, não falta ás suas predicas, falando á intelligencia e ao coração do povo, no desejo dê proporcionar- lhe um regime digno elas nossas tradições de independencia, o calor das apostrophles que os erros e as arbitrariedades dos governos mal orientados desafiam á consciencia de todos os homens que têm amôr á Patria.(A União 28/02/1930)

O abuso de poder religioso visa à obtenção do voto, seja para a própria autoridade religiosa interlocutora, seja para outrem que ele esteja apoiando, e pode se manifestar de diferentes maneiras que acabam por manipular psicologicamente o eleitor através dos ensinamentos ou doutrinas da religião. Em alguns casos extremos, até mesmo promessas impossíveis são feitas para se alcançar o voto pela crença religiosa dos fiéis. Isso fica evidente quando lemos as edições com matérias em que o Pe. Matias Freire, escreve seu apoio ao Liberais, fazendo uso de analogias com passagens e personagens bíblicos, fazendo uma comparação ao candidato João Pessoa com Jesus Cristo,

Nesse novo oceano de pensamento que se cercou no Brasil com o sôpro sagrado da Alliança Liberal, o fluxo e reflexo das grandes idéias trazem a expectativa de todos a crença de que um Messias paira sobre as águas da Pátria, e nesta Terra de Santa Cruz.[...] Na multiplicidade das paixões humanas, há umas que fazem lembrar a dos Apostolos de Christo[...]contra os inimigos de Deus e da Pátria. É parece que o Brasil de agora é outra Judéia, na expectativa do salvador prometido. (A União 01/04/1930)

No decorrer dos meses o jornal “A União”, vai sempre retratar em suas páginas como foi todo processo eleitoral da década de 30 a chamada vontade de Deus é o discurso de um ser humano ou de um coletivo forte o suficiente para ser vencedor na

concorrência, fazendo de suas palavras as de Deus. Desta forma, a figura de um líder religioso é de suma importância para o processo político, pois ele influencia nas subjetividades, (re)formando a consciência individual e social, a qual implicará diretamente na cosmovisão dos indivíduos em suas práticas religiosas e políticas, ou seja, sua relação com o Sagrado e também com as instituições sociais.

Neste sentido, nossa análise aponta para o fato de que religião e política estão intimamente inter-relacionadas nas práticas políticas no interior do país e, possivelmente para além destes contextos. Apesar da ruptura formal entre o Estado republicano brasileiro e a Igreja Católica, estruturante da colonização do Brasil, este processo de separação foi sempre parcial e apresenta desafios importantes no contexto contemporâneo.

2.2 Jornal “A Imprensa”: uma crônica viva do cotidiano social, político e religioso da Paraíba no século XX.

A ascensão da República no Brasil relegou à Igreja Católica um espaço diferenciado nas tramas políticas, levando-a a manter laços de solidariedade e colaboração no intuito de interferir na ordem social e manter o controle sobre a população, sobretudo utilizando de diferentes suportes midiáticos para apoiar ou rechaçar grupos e ideias que circundam o mundo político.

A historiografia [...] tem dedicado atenção nos últimos anos às relações entre Igreja e Estado no Brasil. Versando temas como a atuação e as mudanças políticas no seio da Igreja, a dependência e os compromissos desta para com o Estado e os órgãos de poder [...] a ‘volta ao sagrado’ fenômeno que, sendo de algum modo universal, parece de uma intensidade incomum no Brasil. Para interpretar, sobretudo o relacionamento entre as instituições seculares e religiosas (Azevedo, 1981, p. 7-8).

A “estadualização”²³ da hierarquia eclesiástica brasileira foi a forma que o catolicismo encontrou para se fortalecer no período da República Velha após a perplexidade que tomou de assalto o episcopado brasileiro devido a sua nova situação

²³ O catolicismo oficial no Brasil que começava a se reestruturar internamente iniciando a partir da separação oficial do Estado, houve uma reordenação político-geográfica da Igreja no território brasileiro; nomeando bispos capazes de coordenar uma sobrevivência aceitável e uma política de aproximação gradual ao poder, ou seja, começava a ser colocada em prática a política que denominaremos neste trabalho de estadualização do poder eclesiástico, adjetivo cunhado por Miceli (1988) em sua tese de livre docência apresentada na Unicamp com o título de “A elite eclesiástica brasileira” onde argumenta que houve uma estadualização do poder eclesiásticos no Brasil.

jurídica frente ao Estado brasileiro, onde perdeu seus privilégios decorrentes da união Estado – Igreja por quase quatro séculos.

A influência perdida pelo catolicismo na esfera político-governamental do país após a separação Estado – Igreja no Brasil em decorrência do advento da República, apesar da urgência de toda ordem: política, financeira, pessoal (para reposição dos quadros eclesiásticos), surpreende por sua estratégia de reformulação da vida eclesiástica realizada com paciência e calculada.

Segundo Miceli (1988), não há questionamentos sobre os princípios e diretrizes político-institucionais que condicionaram este processo histórico da ocupação territorial pelo catolicismo, a elite eclesiástica brasileira foi alterando gradativamente sua política de aproximação. Fausto (Org.) acena, mas não aprofunda o sentido político – poder desta aproximação: “na maioria do clero e no conjunto da Igreja católica no Brasil, nota-se uma progressiva reaproximação em relação ao regime e a sua ideologia liberal. Bem, logo são restituídas à hierarquia as marcas exteriores de prestígio e respeito”. (Fausto, [org.], 2006, p. 355-356).

A reestruturação interna do catolicismo na República, que objetivava reconduzi-lo ao papel de protagonista da reorganização da sociedade, legitimador do poder com um novo projeto de hegemonia da Igreja Católica na sociedade civil, diferente daquele que naufragou juntamente com o Império foi sendo articulada com paciência e determinação.

Ao analisarmos a quantidade de jornais católicos no Brasil entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, constataremos um claro interesse da Igreja, em utilizar os jornais como forma de resistência para defender os dogmas concernentes a religião católica.

O nascimento de jornais e revistas católicas, nos quais vários intelectuais ligados à instituição assumiam o ideal da recristianização da sociedade, em uma espécie de cruzada contra a “corrupção dos costumes”, capitaneada, aos olhos da Igreja, pela má imprensa, responsável pela publicação livros e opúsculos – “pequenos no tamanho, mas grandíssimos por malícia” – no intuito de “propagar doutrinas perversas e nocivas à religião e ao Estado”²⁴

²⁴ Trechos de documentos papais de Pio IX, reunidos em MARIN, Darci L. (coord.). Documentos de Pio XI. Tradução de Darci L. Marin. São Paulo: Paulus, 2004.

Segundo Roberto Romano: “o catolicismo compreende um conjunto de representações através do qual a Igreja elabora uma dada apreensão da realidade, transfigurando-a simbolicamente através da razão teológica”. Dado fundamental segundo Romano para compreensão das posturas adotadas pela Igreja em relação ao Estado e a sociedade para elaborar seu discurso teológico-político com pretensão de instaurar ou reforçar práticas novas ou em curso não dedutíveis a meros projetos de dominação, mas ligados a eles.

A imprensa católica no Brasil nasce para se opor a laicização da sociedade e dos costumes, havendo ainda entre nós um fato adicional que merece destaque. O próprio desenvolvimento da fé católica no Brasil se havia feito por uma matriz ibérica na qual o trono e o altar permaneceram ligados através da instituição do Padroado, o que significou para os brasileiros um catolicismo não muito conforme aos padrões romanos e à progressiva normatização e clericalização impostas pela Santa Sé ao longo do oitocentos. De modo que os bispos reformadores se viram diante da dupla tarefa de combater as ideias liberais e republicanas (ambas anticlericais) e reorientar a fé dos brasileiros para o modelo tridentino.²⁵ Num movimento que, segundo Riolando Azzi, atravessa o Império e deságua na República, surgiu, em todo o canto do país, “uma folha oficial ou oficiosa para defender a Igreja” e introjetar em seus leitores as convicções do catolicismo ultramontano e romanizado, com seus desejados padrões de crenças e significados.²⁶

A Igreja, desde o final do século XIX, adotou procedimentos de atualização vinculados às estratégias de comunicação, sem romper com seu passado e sempre mantendo o “núcleo duro” que, milenarmente, a caracterizou, qual seja, o conjunto de seus dogmas e ideologias. Na defesa da racionalização da cultura, a Igreja Católica inseriu-se na arena das disputas político-educacionais brasileiras, recorrendo a diferentes estratégias ligadas aos campos da educação e cultura em sua dinâmica de atualização. Incorporou ideários e metodologias ligadas aos valores modernos e científico.

Foi através desses pequenos jornais, desprezados pela imprensa dos grandes centros e “ridicularizados pelas posições intransigentes e espiritualistas adotadas por seus redatores”, que a Igreja encontrou sua principal “arma de combate” para reforçar

²⁵ AZZI, Riolando. Os Bispos Reformadores. A segunda evangelização do Brasil. Brasília: SER - Editora Rumos, 1992. p. 09

²⁶ AZZI, Riolando. Participação dos católicos na Imprensa. Texto inédito. 200_. p. 05

uma identidade católica que lhe permitiu, décadas mais tarde, alimentar o ideal da neocristandade, com o seu retorno a cena política e cultural, numa nova e velada aliança entre a Igreja e o Estado, na qual a hierarquia ocupava a condição de “mediadora da salvação e intérprete da Revelação”. O que nos permite inferir que a gênese da imprensa católica no Brasil esteve ligada ao pensamento conservador e à defesa da tradição, quer entre os mais expressivos periódicos religiosos ou entre os pequenos e inconstantes impressos publicados nas paróquias do interior. Nas palavras de Ana Maria Moog “o tradicionalismo era a ideologia que predominava no meio do catolicismo” e a “atitude tradicionalista estava inteiramente ligada às formas do passado”.²⁷

Para Lima (2007), Dom Aducto acompanhou de perto todas as mudanças que a Igreja Católica estava atravessando desde o início da República no Brasil, políticos e estadistas que em sua maioria eram católicos, para o cônego foram diluídos pelos princípios do liberalismo, racionalismo, positivismo, agnosticismo e modernismo. Assim o mesmo afirma,

O homem poderia ser religioso privadamente, no recinto do seu lar, nos esconderijos de sua alma, nos latibulos de sua consciência. O homem público, porém, seria ateu como o regime a que servia, pois o laicismo “*à outrance*” levava a estas consequências. (LIMA, 2007 p.211)

Creemos que o bispo e primeiro arcebispo da Paraíba D. Aducto, acompanhou todas essas mudanças a qual o país estava passando, e tal estado de cousas constitui matéria de várias de suas cartas pastorais, pregações ao povo e as elites, palestras com estadistas e políticos do momento, assim como sua correspondência escrita com os mesmos e editoriais do jornal “A Imprensa”, propugnando-lhes à conversão, tão decisiva no que dizia respeito à modificação do regime, à cristianização da República e conseqüente o bem estar da sociedade brasileira.

No que se refere a Arquidiocese e Diocese da Paraíba, o jornal surge em 27 de maio de 1897, como sendo uma instituição semanária, doutrinária e noticiosa criada por Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques, sendo o primeiro bispo e arcebispo do Estado da Paraíba, como estratégia para empregar no Estado o processo de romanização.

²⁷ RODRIGUES, Ana Maria Moog. “Introdução”. In: A Igreja na República. Brasília: UnB: Câmara dos Deputados, 1981. p. 06.

Para Sousa Junior,

A criação de uma imprensa católica estava baseada na divulgação de documentos e diretrizes pontifícias, além de informar o clero local acerca do movimento da arquidiocese. Essas publicações tinham ainda, como objetivo organizar e difundir a doutrina cristã no acirrado combate ideológico da época contra os maçons, protestantes, ateus, hereges e outros porta-vozes de grupos políticos e religiosos que discordavam das posições da Igreja Católica. (SOUSA JUNIOR, 2015, p.45)

O jornal a Imprensa tinha como alvo fortalecer e divulgar as ideias e ensinamentos religiosos, juntamente com as normas de condutas morais, culturais e políticas. Assim, este jornal passou a ser um dos principais campos de atuação da Igreja Católica. Para melhor entendimento, tomamos como referência Pierre Bourdieu²⁸, em que o mesmo demonstrando que a “estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas” tende a assumir a função de instrumento de imposição e legitimação da dominação, contribuindo para assegurar a dominação de uma classe sobre outra. Nesse sentido, podemos dizer que a igreja tornou seu jornal um campo de poder atuante junto à sociedade e que passou a ser utilizado também, para combater seus inimigos em matéria religiosa, política e social.

Dentro das páginas do jornal “A Imprensa”, o arcebispo deixava cada vez mais claro sua luta pela deslaicização da República e conseqüentemente cristianização, o que equivale dizer, pela profissão social e não somente privada da religião do povo; pela inspiração cristã da legislação, pela defesa do patrimônio religioso povo. Era o ensinamento propagado naquelas páginas, se baseando sempre nas Encíclicas papais como a de Leão XIII,

As sociedades políticas não podem, sem crime, proceder como se Deus absolutamente não existisse, ou então descurar da religião como se esta lhes fosse estranha ou de nenhum proveito. (Acta Leonis XIII, vol.V, p. 123)

Segundo Lima (2007), em sua biografia sobre D. Aducto, ele vai ressaltar a ligação do arcebispo com a figura política de João Pessoa.

Ressalvadas as diferenciações de credo político, de formação e de experiência, nós divisamos afinidades bem acentuadas entre João Pessoa e D. Aducto no temperamento, na mentalidade, na ação. Entenderam-se assim muito bem o presidente e o arcebispo não obstante defenderem às vezes pontos de vista contrários, porque a compreensibilidade mútua que reinava

²⁸ BOURDIEU, Pierre. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso**. In: Bourdieu, Pierre. Sérgio Micelli (org.), 5 ed. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2004.

entre os dois abrandaria qualquer tensão que ameaçasse partir a linha de suas relações. (LIMA, 2007.p.433)

Ainda sobre as relações do arcebispo e do presidente do Estado, continua Lima,

O arcebispo procurou colaborar e de fato colaborou com o Presidente João Pessoa nas medidas moralizadoras que este houve por bem tomar em benefício da sociedade. Dentro dos princípios evangélicos e das normas canônicas, o Presidente do Estado encontrou sempre o mais seguro e entusiástico apoio da parte da suprema autoridade eclesiástica do Estado. (LIMA,2007. p. 433)

A Igreja já produzira um significativo aumento da influência política junto ao Estado, estabelecendo um ambiente de negociação entre os poderes político e religioso. Contudo, algumas considerações careciam serem tratadas em consonância com as obrigações assumidas, como no caso de negociações acerca do ensino religioso escolar, e, tratando-se da regular situação política para dar continuidade a influência da Igreja no Estado.

O jornal A Imprensa, desenvolveu entre abril a dezembro do ano de 1929, embates políticos com o ex-presidente do Estado Epitácio Pessoa, a qual o D. Aducto acusava de pregar a favor do laicismo nas escolas do Estado da Paraíba, apesar da ideia do ensino laico²⁹ já ter iniciado no Brasil com o início da república, alguns estados ainda permaneciam com o estudo religioso do catolicismo em suas escolas, devido a influencias de líderes católicos.

A difusão de ideias em prol da laicidade do Estado se deu, no Brasil, por quatro principais correntes de pensamento e de ação política: os liberais, os maçons, os protestantes e os positivistas. Apesar de serem distintas e por vezes conflituosas, havia alguma superposição entre essas correntes de pensamento, devido ao ecletismo da elite política e intelectual.

²⁹ **A História das ideias pedagógicas no Brasil**, de Dermeval Saviani (2007) traz um item a respeito do avanço das concepções laicas sobre o Estado e a educação, que desembocaram num conflito entre a Igreja Católica e o Estado, cujo desfecho foi a separação determinada pelo regime republicano implantado em 1889. A exclusão do Ensino Religioso das escolas públicas foi a consequência dessa separação no campo educacional, exclusão essa que a Igreja jamais aceitou, o que a levou a uma longa resistência ativa, que abrangeu a estratégica formação de professores e publicação de material didático para as escolas públicas. Sem as peias políticas e ideológicas que limitaram Fernando de Azevedo, Saviani abordou a volta do Ensino Religioso às escolas públicas e o protagonismo da Igreja Católica no contexto das lutas pelo controle da educação dirigida às massas.

Os liberais eram frequentemente, mas não necessariamente maçons; os protestantes eram liberais, por vezes maçons; os positivistas liberais eram raros na política, mas convergiam com estes na defesa da educação privada e livre da tutela religiosa. O que interessa, aqui, é a convergência das ideias desses protagonistas na defesa da separação entre a Igreja Católica e o Estado, tendentes à substituição do confessionalismo dominante na política brasileira pela laicidade. E a transformação dessas ideias em força política.

Portanto, tentando justificar o seu parecer, e ex-presidente Epitácio Pessoa, assegurava, ainda, ser a religião um negócio exclusivamente de foro interno, individual esposando assim o segregado princípio liberalista do ateísmo social.

Para Lima (2007), foi por causa dessas palavras que para eles, era o sofisma das ideias liberais que o jornal “A Imprensa” desenvolveu uma das suas mais famosas campanhas de abril a dezembro de 1929,

Então a Constituição da Paraíba, um Estado federado, autônomo, estava obrigada a imitar um péssimo modelo (o preâmbulo ateu) existente na Constituição Federal, modelo aliás repellido por dois ou três outros Estados brasileiros? [...] Quanto ao fato de defender o Sr. Epitácio Pessoa tais doutrinas se declarando um crente da divindade, um pai de família que educara seus filhos nos princípios católicos, um benfeitor generoso de instituições pias, um respeitador da igreja e do seu clero- só poderia causar grande admiração. (LIMA, 2007, p. 443)

No mês de julho de 1931 iniciou “A Imprensa” a publicação de trechos de pastorais de D. Aducto, falando sobre o momento político que o Estado estava passando, conforme se vê pelos subtítulos que encimavam as matérias tratadas: Os direitos planejam acima das constituições dos Estados e das opiniões humanas. A apostasia social é o maior flagelo das nações (da Pastoral “Tudo pela Pátria e nada sem Deus”). O ateísmo, oriundo da revolução de 1889, é um grande mal social. A religião fonte da ordem e da harmonia. A Igreja, mãe do progresso e de toda civilização. A Carta Magna dos Estados tem a Deus por autor. A religião é necessária aos povos. A apostasia social é a causa dos grandes males da República. Os verdadeiros inimigos da pátria. O governo, como a sociedade deve ter religião. O ateísmo oficial leva a sociedade a decadência e a morte.

Podemos dizer que era a palavra do arcebispo pulverizando as ideias liberais do século XX. Sob o título “Mitos Liberais” e o subtítulo “À margem da carta ao senador Epitácio Pessoa”, a redação de “A Imprensa” publicou três artigos de críticas ao parecer sobre a Constituição da Paraíba e as razões com que ele pretendia justificar

as ideias. A intolerância marca as ações da Igreja, em decorrência não apenas da laicização do ensino, mas, também de outras perdas, decorrentes da secularização dos cemitérios, do caráter obrigatório do casamento civil, da liberdade da profissão religiosa e da exclusão do subsídio ao culto público.

Polifônico em seus temas, o jornal “A Imprensa” se posiciona, entretanto, sempre na defesa do que considera as “verdades inabaláveis da fé e da Igreja” e na luta radical contra os “ídolos modernos”, ativos na dissolução de uma ordenação sagrada do mundo e no desmantelamento das instituições e tradições que a sustentam. Mais do que levar informação, o jornal parece ter atuado, assim, na conformação de uma cultura política tradicionalista, propondo e reforçando em sua comunidade de leitores determinadas representações, referências e um vocabulário que se articulam, de acordo com as categorias propostas por Serge Berstein, com uma dada visão da história, com uma leitura específica do social e certa concepção de religião e de família.³⁰

O periódico se propõe fiel à Santa Sé, como um veículo que torna o papa e seus ensinamentos mais próximos do povo, formando uma consciência católica que a imprensa laica, na maioria das vezes, tinha colaborado para destruir. É em oposição a essas revistas e jornais – “Má Imprensa, que só faz difundir o pecado”

Em suma, com os olhos voltados para o passado, os autores que escrevem para o jornal retomam o magistério da Igreja, sobretudo na linha dos papas Pios, que emitiram contundentes condenações à “modernidade e seus males”, e propõem uma leitura teológica do social e do político, no qual a Igreja ocupa um papel central e insubstituível. Sem a Igreja, seus dogmas e sua moral, a família não se sustenta, a política se torna impura e pátria caminha para a ruína. Por isso, toda inovação é encarada como eminentemente má e perigosa.

Essas teses defendidas amplamente ao longo das mais de duas décadas pelo jornal o levaram a travar verdadeiras “cruzadas” contra o comunismo, contra o divórcio, contra o aborto, contra o espiritismo, contra a televisão, em uma sequência praticamente ininterrupta de anátemas, permanentemente reelaborados contra tudo o que se entendia como moderno.

³⁰ BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François (org.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 13-36.

CAPÍTULO III

DISCURSO NORMATIZANTE: A CONCEPÇÃO ADAUTIANA SOBRE O COMUNISMO NA PARAÍBA

*“Nenhum dos elementos de ordem pública
escapa das excommungadas seitas que,
para melhor segurarem a sua preza,
terminam pelo nihilismo.” (Dom Aducto)*

Já que nossa proposta para este capítulo tem como base analisar o discurso anticomunista da Igreja Católica na Paraíba dentro da concepção de Dom Aducto, pensamos em iniciar com uma significação para o anticomunismo. Para fontes, procuramos confrontar cartas pastorais, encíclicas e, principalmente, *A União e A Imprensa*, órgãos ligados, respectivamente, ao poder estadual, e à arquidiocese paraibana. Nesses jornais observamos a forma sistemática e enfática de representações negativas sobre o comunismo.

Acreditamos que o estudo a partir do período proposto pode permitir levantar elementos importantes para entendermos a construção das concepções anticomunista na Paraíba, sob a perspectiva do Arcebispo do Estado e recuperarmos as vivências políticas e religiosas da sociedade daquela época. Tendo em vista a carência de pesquisas sobre o tema, temos a expectativa de que o estudo contribua com o avanço do conhecimento a respeito do anticomunismo na Paraíba, sendo mais um auxílio para tentar preencher essa lacuna historiográfica.

Portanto, a nossa proposta é a de estudar como se processou a constituição de uma concepção adautiana anticomunista na Paraíba entre 1930 e 1937, observando as suas regularidades e, sobretudo, as suas singularidades presentes ao longo de sua dinâmica histórica. Mas, antes de começarmos a falar sobre nosso tema na Paraíba, achamos por bem trazer, algumas observações sobre o que se define por anticomunismo, sobre sua presença na história do Brasil, bem como ele é apresentado na historiografia brasileira.

Segundo Berstein (1998), o processo que faz surgir uma determinada cultura política³¹, não é acidental e ocasional, faz parte de uma construção racional, elaborada a partir de ideias e ideais partilhados por um grupo de pessoas. Assim, podemos

³¹ No Brasil a cultura política foi construída sobre as bases dos determinantes do eurocentrismo, obtendo na história da democracia brasileira uma face paternalista e clientelista frente às relações estabelecidas entre as classes dominantes e as classes subalternas.

entender que a maneira como o anticomunismo foi agenciado, contribuiu no sentido de fazer surgir certa cultura política brasileira, servindo, desse modo, para a manutenção do Estado estabelecido, representante de elites detentoras do poder³² político e econômico.

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por interferências no discurso da construção/renovação nacional: a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 traz consigo a ideia assustadora de revolução, e a Semana de Arte Moderna subverte as linguagens estéticas, artísticas e culturais. Ambos movimentos são portadores da insegurança, de uma certa falta de chão para o futuro.

Acirrando os debates, a mobilização das classes trabalhadoras, nesse mesmo momento, se institucionalizara com a fundação do Partido Comunista. Desde fins do século XIX a luta dos trabalhadores, em grande parte imigrantes europeus, fora norteada pelo movimento anarquista, que tinha raízes fortes, como mostraram as greves de 1917 e 1919. A visibilidade do movimento anarquista, apesar de sua intensa mobilização, era facilmente ocultada pelo discurso oficial que o desqualificava descolando-o da sociedade brasileira, pois era formado por imigrantes, estrangeiros portanto aos interesses da nação.

A fundação do Partido Comunista em 1922 institucionalizou a luta dos trabalhadores, seduzindo grande parte dos sindicatos a participarem ativamente na sua construção como legítimo porta-voz de seus interesses. A mobilização em torno do Partido Comunista impactou a sociedade e dividiu opiniões – a mera menção à palavra “revolução” fazia que os conservadores se sentissem ameaçados em seus projetos fundamentados na manutenção das “verdadeiras tradições” da sociedade brasileira. Setores tradicionais e conservadores da sociedade brasileira se mobilizaram contra quaisquer propostas de cunho revolucionário, em especial aqueles relacionados à Igreja Católica.

Longe de estar alheia a essas questões, a Igreja, por intermédio do Sumo Pontífice, estava atenta às transformações, seja na esfera do político – com o crescimento das lutas dos trabalhadores e da ideia de revolução, assim como das

³² “Poder e política passaram assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas, sobretudo, o poder simbólico, como em Bourdieu.” O estudo do político passa a abranger, a partir de então, “(...) não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

tensões entre os Estados nacionais –, seja frente ao desenvolvimento da técnica, seja na economia com os novos padrões da acumulação capitalista. As relações entre as pessoas se transformam e fogem dos padrões tradicionais, e a religiosidade tem sua representação diluída. Como reação a essa “desordem” social, a instituição católica se organiza em diversas frentes buscando (re)construir suas relações internas para o fortalecimento do poder papal.

Uma das expressões dessa busca foi a Encíclica *Rerum Novarum* (Das Coisas Novas) de Leão XIII, que trata das relações entre capital e trabalho e da propriedade privada e visa orientar bispos e congregações eclesíásticas a permanecerem atentos às tensões surgidas com o desenvolvimento do capitalismo e dos movimentos da classe operária. Exorta aqueles vinculados ao apostolado católico a observarem o mundo ao seu redor para nele intervir no sentido de (re)conduzi-lo ao seu verdadeiro caminho da fé cristã, sob a égide do Vaticano. Em sua introdução alerta:

Por toda a parte, os espíritos estão apreensivos e numa ansiedade expectante, o que por si só basta para mostrar quantos e quão graves interesses estão em jogo. Esta situação preocupa e põe ao mesmo tempo em exercício o gênio dos doutos, a prudência dos sábios, as deliberações das reuniões populares, a perspicácia dos legisladores e os conselhos dos governantes, e não há, presentemente, outra causa que impressione com tanta veemência o espírito humano. (*Rerum Novarum*)

Nesse sentido, uma ampla gama de iniciativas resultou no fortalecimento organizacional da Igreja, possibilitando a construção de uma hegemonia no acirrado combate ideológico, cultural e religioso do mundo contemporâneo. Sergio Miceli (1988, p.18), citando Stephen Neil, chama a atenção para que “o século XIX foi mais fecundo do que qualquer outro no que concerne à formação de novas ordens e congregações especialmente voltadas para o trabalho missionário”, não só visando à expansão da fé católica mas, talvez principalmente, das bases materiais e ideológicas de sua instituição.

A partir de 1930,³³ o Brasil e o mundo, caracteriza-se como um dos períodos mais complexos da nossa história recente. A grande crise do capitalismo e,

³³ Com o sucesso do Movimento de Outubro de 1930, finalmente as diferentes frações da burguesia conquistaram o poder político do Estado, mesmo sem realizar as mudanças estruturais de que o país necessita. Os conflitos internacionais estavam gestando a II Guerra Mundial, iniciada em 1939. Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil participou da ação política no país; por um lado, influenciado pela direção da III Internacional, mas, por outro, procurando entender a realidade

consequentemente, de sua ideologia liberal; a decadência da hegemonia do capitalismo da Inglaterra e a ascensão dos Estados Unidos; a experiência de socialização na URSS; e o totalitarismo do nazismo e do fascismo na Europa, acirraram as contradições entre as potências mundiais. Como decorrência dessa situação, o Brasil enfrenta um momento decisivo em sua demorada transição ao capitalismo.

Scott Mainwaring (1989), resume que os líderes católicos passaram a buscar presença marcante na sociedade, quando, em 1916, surgiu um modelo de “neocristandade”, o qual só floresceu na década de 1920 e atingiu o seu apogeu entre 1930 e 1945, na era Vargas. Desse modo, é durante o período da “neocristandade” que a Igreja conseguiu o laicato de boa parte da classe média. O autor ainda salienta sobre as posições da Igreja Católica:

A Igreja permaneceu politicamente conservadora, se opondo à secularização e às outras religiões, e pregava a hierarquia e a ordem. Instituiu um catolicismo mais vigoroso e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim conseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotetantismo. (MAINWARING, 1989, p. 43)

Segundo Faustino (2013) o “comunismo” já era considerado uma ameaça à ordem capitalista estabelecida e que se almejava depositar nele o sinônimo de antagonismo, reservando-lhe uma série de estereótipos. De acordo com Rodeghero,

O anticomunismo é uma construção imaginária na medida em que se constitui numa representação globalizante da situação vivida; em que define uma identidade distinguindo um “nós” – os não comunistas – em relação aos “outros” – os comunistas; em que dirige a eleição de certos problemas e de soluções possíveis, em que se estrutura a partir de imagens, às quais podem ser dados diferentes significados; em que opera no campo das percepções e das emoções; em que provoca medo, mobilização ou passividade; em que se constitui numa realidade ao mesmo tempo distinta e interdependente da realidade palpável. (REDEGHERO, 2007, p.21-22)

Por sua vez, como apresenta Euclides Marchi, a Igreja se valeu de sua condição de instituição religiosa identificada com a quase totalidade da população

socioeconômica e política em que atuava. É nessa conjuntura que devemos entender os avanços e recuos de sua atividade revolucionária.

para atuar em defesa de seus interesses e manter-se presente em quase todas as ações dos governantes. Para Marchi, no Brasil os bispos aderiram às orientações do papa e ao se aproximarem do governo buscavam reverter o “processo de exclusão” da religião e do divino dos negócios públicos e da legislação, incentivando o culto à nacionalidade.

Ao iniciar o ano de 1930, os efeitos da Crise econômica de 1929 aumentam as divergências entre aqueles que apoiam politicamente os fundamentos da República Velha, baseada no modelo monocultor de exportação, e os que defendem um novo modelo econômico.

Essas divergências políticas ganham uma bipolaridade no seio das classes dominantes brasileiras que disputaram eleitoralmente a Presidência da República, divididas entre as que apoiavam a manutenção da primeira República e a dissidência oligárquica do Rio grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. As candidaturas dividiram-se, respectivamente, entre as propostas de Júlio prestes e de Getúlio Vargas. Com a derrota deste último, cujos apoiadores buscavam explicar o desenlace eleitoral pela fraude, não aceitando o resultado, iniciou-se a preparação de um movimento civil-militar que culminou, em outubro desse ano, no chamado Movimento de 1930³⁴, levando ao poder Getúlio Vargas.

A conjuntura política, descrita acima, coincide com o lançamento, em 3 de maio de 1930, de um Manifesto de Luiz Carlos Prestes, no qual define sua posição anti-imperialista e antilatifúndio. Esse manifesto constitui-se como resultado do amadurecimento político do principal líder tenentista da década de 1920 e, conseqüentemente, a sua maior aproximação ao marxismo e às teses do Partido Comunista no Brasil.

Prestes, que havia sido convidado por Vargas para ser o comandante militar da revolução em curso, declina do convite e rechaça a orientação política da Aliança Liberal. Entretanto, o extremo antiprestismo, na direção central do Partido, impede a aproximação efetiva de Prestes; tanto que, em maio de 1930, a Conferência do Secretariado Sul-Americano da IC propõe novas relações entre os comunistas e o

³⁴ O Movimento de 1930, iniciado em 3 de outubro, ao transformar-se em Governo Provisório, não havia rompido de forma revolucionária com a estrutura socioeconômica desse mesmo ano, ele começava a colocar em prática medidas de reformas do sistema eleitoral e da legislação trabalhista e sindical. Reivindicações que estavam na linha de frente das lutas operárias das décadas anteriores. Essa situação fez com que, rapidamente, as grandes massas trabalhadoras e setores importantes da pequena burguesia passassem a apoiar o novo governo, isolando politicamente as posições do Partido.

líder revolucionário brasileiro. Mesmo assim, a filiação do mesmo ao Partido não acontece, fazendo com que ele, de Buenos Aires, funde a Liga de Ação Revolucionária (LAR)³⁵, de duração momentânea.

3.1 “Nossa bandeira nunca será vermelha”: o anticomunismo no Brasil.

Na historiografia brasileira, o anticomunismo faz parte dos estudos de vários autores que desenvolveram uma ampla discursão sobre o tema. Malatian (2003, p. 175), que apresenta o anticomunismo “(...) como um componente da política que tem raízes anteriores a este evento, e solidamente enraizado na cultura política ocidental derivada do catolicismo antiliberal do século XIX”. De acordo com a autora, houve uma releitura das ideias antiliberais do século XVIII, pela Igreja Católica, para fazer frente ao anarquismo, ao socialismo e ao comunismo no século XX, o que denota o quão remotas são as bases do anticomunismo católico. Portanto,

(...) mais do que uma manifestação espontânea, o anticomunismo pertence a um discurso da ordem difundido pela Igreja, um entre os diversos catolicismos. Antecede a Revolução Russa de 1917 e a fundação do PCB, reporta-se às propostas anarquistas, socialistas e comunistas do XIX e à dinâmica das sociedades capitalistas, (...). (MALATIAN, 2003, p.176).

Para Faustino (2013) a imprensa brasileira foi o primeiro esteio utilizado para esse fim, criticando de forma esparsa a segunda revolução russa, considerando suas consequências ruins tanto para aquele país como para a causa aliada na I Guerra Mundial. Assim, a imprensa seguia a opinião de caráter semelhantes da Europa Ocidental.

Segundo Motta (2002), em boa parte das visões sobre o que seria comunismo e a ameaça que ele representava para a ordem social foram reproduzidas de modelos estrangeiros. Portanto, as representações anticomunistas elaboradas e divulgadas no Brasil a partir de 1917 refletem uma influência externa marcante.

Em 1846, o Papa Pio IX promulgou a encíclica “Qui Pluribus”, sobre fé e religião, na qual já combatia vigorosamente as ideias de Marx, que em 1848 publicaria O Manifesto Comunista. Pio IX ali se referia à “nefanda doutrina do comunismo,

³⁵ Organização que obteve pouquíssimas adesões e logo seria extinta. Nesse momento, passou a utilizar-se de categorias marxistas em suas análises e pronunciamentos, mas seu relacionamento com o PCB acabou dificultado pelo processo de radicalização à esquerda pela qual passava o partido, que envolvia, inclusive, a substituição dos intelectuais que ocupavam postos em sua direção por elementos oriundos da classe operária. Transferiu-se, em seguida, para Montevidéu.

contrária ao direito natural, que, uma vez admitida, lança por terra os direitos de todos, a propriedade e até mesmo a sociedade humana”. Ele advertia contra “as mais perversas criações de homens que, trajados por fora com peles de ovelha, por dentro não passam de lobos rapaces”.

Por tudo isto, essas preocupações se tornaram frequentes nos textos dos próximos Papas. A disseminação da imprensa informando tudo a todos, atingindo particularmente a formação acadêmica, da ideia que a razão era superior à fé, aumentava o número de intelectuais que sugeriam novos caminhos teóricos para a prosperidade humana, ligando-a a realidade material e não mais à expectativa do paraíso. Nesse paralelo, a Igreja inquietava-se com o crescente questionamento da autoridade estabelecida por ela mesma e pelos governos monárquicos.

Nesse tempo, a igreja acusou os métodos de ensino nas disciplinas filosóficas e a “inqualificável doutrina do comunismo”, com os responsáveis por enganar e corromper a juventude, dando “[...] o veneno da serpente [...] da Babilônia” (“Qui Pluribus”, 1846).

Tratando-se, ainda, da Qui pluribus, o comunismo é indicado como uma doutrina em oposição à lei natural, colocando os católicos de prontidão em alerta, pois, caso o comunismo se propagasse, a destruição completa de todas as leis, instituições governamentais e até mesmo da própria sociedade humana, seria certa.

O Papa Leão XIII, em 1878 escrevia sobre os males do socialismo na encíclica “Quod Apostolici Muneris”. O Pontífice começa a carta referindo-se à

“Praga mortífera que se tem difundido no seio mesmo da sociedade humana, conduzindo-a ao abismo da destruição”. Leão XIII aponta em seguida que “as facções dos que, sob diversas e quase bárbaras designações, chamam-se socialistas, comunistas ou niilistas, espalhados ao redor do mundo e unidos pelos laços estreitíssimos de uma perversa confederação, já não se põem ao abrigo da sombra de reuniões secretas, senão que, marchando aberta e confiadamente à luz do dia, ousam levar a cabo o que há muito tempo vêm maquinando: a derrocada de toda a sociedade civil”.

A encíclica também chamava a atenção para o projeto socialista de destruição do matrimônio e da família. Para os socialistas, com efeito, não pode haver maior fidelidade, nem mesmo a Deus e à família, do que a obediência ao Estado todopoderoso. Leão XIII afirmava ainda que “os fundamentos da sociedade repousam, antes de tudo, sobre a união indissolúvel entre os esposos, conforme as exigências

da lei natural”. E no entanto “as doutrinas socialistas aspiram por dissolver quase por completo os elos desta união”.

Para o catolicismo o socialismo, era erguido pelas bases da cobiça, ou seja, uma transgressão do nono e décimo mandamentos. Sua crítica mais dura, no entanto, reservou-a Pio XI à “peste comunista”, cujas ações e intenções são desmascaradas nos seguintes termos: “guerra de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular”; “a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantoso quão bárbaro e desumano se mostra”; “aí estão a atestá-lo as mortandades e ruínas”; “ódio declarado contra a Santa Igreja e contra o mesmo Deus”; “a impiedade e iniquidade do comunismo”; “doutrinas que porão a sociedade a ferro e fogo”; “abre caminho à subversão e ruína completa da sociedade.”

A Igreja Católica Romana, refuta desde o século XIX com os começos de publicações de Marx e Engels, sobre o socialismo, com encíclicas atrás de encíclicas eles denunciam uma “falsa ideologia”, utilizando o Catecismo que o afirma claramente: “A Igreja rejeitou as ideologias totalitárias e ateias, associadas, nos tempos modernos, ao ‘comunismo’ ou ao ‘socialismo’”. O Catecismo, porém, é curto e sucinto, ao passo que as encíclicas papais são ricas em detalhes e categóricas em suas condenações.

Contra essa nova ordem a Igreja Católica focou suas críticas e articulou reações, reduziu o estado de simples doutrina e se rearticulou, estabelecendo como projeto para a humanidade a constituição de uma sociedade integralmente cristã, restabelecendo o controle sobre as consciências.

Nesses tempos, o socialismo, identificado pela Igreja como um braço do leito liberal, tornou-se concorrente da Igreja Católica, que perdia a legitimidade sobre o receituário da felicidade eterna, já que sua preocupação com o socialismo se tornou perceptível nos documentos papais. Daí,urgia que a Igreja Católica elaborasse um corpo doutrinário e novas estratégias de ação que servissem de instrumento de contenção à transformação da sociedade, como sendo possível combater o anticlericalismo e o laicismo, focando na sua matriz liberal e positivista, notadamente no campo político, onde as relações se estabeleciam.

Nesse período, a perda do poder temporal do Papa e da sua soberania sobre Roma somou-se às disputas entre a Igreja Católica e o Estado liberal, reivindicando competências que, por tradição, eram da jurisdição da Igreja. Iniciou-se um desacordo que ultrapassou os limites geográficos de Roma e se espalhou pelos países com forte presença católica.

Nesse tempo, para o Brasil, a separação entre a Igreja e o Estado, após a Proclamação da República, criou um ambiente perfeito para o processo de romanização, pois, para manter a influência da instituição religiosa junto à sociedade sem o respaldo do Estado, deveria se instituir um processo de reorganização, fomentado por uma maior união entre o episcopado local, por meio de encontros periódicos em níveis nacional e regional.

A partir daí se possibilitou uma maior integração entre a Santa Sé e a alta hierarquia eclesiástica no Brasil, gerando o ambiente propício para o envolvimento dos católicos na luta acirrada contra o que a Igreja Católica considerava como dois dos piores males do mundo moderno: o liberalismo e o comunismo

No todo, o posicionamento da Igreja Católica contra o comunismo como doutrina, se inseriu com a hierarquia da Igreja ancorada “num conjunto de posicionamentos e atitudes [...]: rejeição à ciência, [...], condenação do capitalismo [...], às doutrinas de esquerda”, como parte da política implantada sob inspiração conservadora

Para autores como Aziz (1994): “A Igreja se articulou para desqualificar as novas propostas da sociedade para montar trincheiras firmes de defesa, numa postura ultraconservadora, antiliberal e contrarrevolucionária: o catolicismo ultramontano”. Ou seja, Como resultado desse processo, a Igreja engendrou elaborações teóricas, codificadas num conjunto de documentos papais que formaram a Doutrina Social Católica. Um conjunto doutrinário que se tornou a matriz do pensamento católico social, e que dentre essas questões constava a sua modernidade, já que os textos papais evidenciavam o avanço do liberalismo.

Portanto, a coalizão de estrutura e de objetivos entre as Igrejas locais e a Santa Sé, garantiria força e recursos materiais para o projeto de reconquista do catolicismo. Assim, a execução da ação romanizadora agiria além da questão doutrinária, constituindo-se num imperativo para a existência da Igreja Católica como instituição de caráter transnacional.

A Igreja precisava fortalecer a hierarquia eclesiástica, estabelecer uma unidade de conduta, diagnosticar a situação das dioceses e promover sua reorganização, de maneira a criar um ambiente adequadamente sólido para uma ação conjunta e organizada.

Há um consenso entre os historiadores com os estudos da Igreja Católica identificando e compreendendo o marco da restauração católica. Alguns autores

confirmam essa fase pela presença da Igreja na sociedade e pelo início da sua colaboração com o governo.

Conforme aponta Azzi (1994), ao defender que essa disposição colaborativa se seguiu como um forte elemento de manutenção da ordem e da autoridade constituída na sociedade brasileira. E que se justificou pelo desejo efetivo do episcopado em exercer um papel de liderança entre o povo brasileiro. Para isso, utilizaremos mais uma vez as ideias de Bourdieu que conceitua sociedade como espaço pluridimensional em que se posicionam grupos sociais; um mecanismo que produz dominação (violência simbólica) cujo funcionamento é coberto pelo véu da ignorância coletiva (PEREIRA, 2013, p.5).

Ainda complementa o autor Azzi (1994) que o governo teria aproveitado o apoio da Igreja como “[...] uma valiosa força auxiliar na contenção dos movimentos revolucionários [...]. Um decênio que marcou o reatamento das relações entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil, num desejo de mútua colaboração”. Ademais, apontou ainda sucessivos eventos nesse período, associando habilmente o elemento religioso, cívico e político.

Para melhor compreender a doutrina embasada nas opções estratégicas da Igreja Católica no Brasil, na questão social e no combate ao comunismo, insta esclarecer alguns acontecimentos subsequentes à Revolução de 1930, quando se elaborou uma breve análise da Doutrina Social Católica, sobrepondo-se aos fundamentos da condenação ao comunismo, na defesa da propriedade privada.

Neste sentido, é sabido que a Igreja Católica combateu doutrinariamente as ideias liberais e a modernidade no século XIX, por meio de documentos papais. Nesse tempo, aumentou o temor em relação aos movimentos sociais. Uma fase em que o socialismo ganhava credibilidade entre os industriários como a solução para as questões sociais que emergiam. Nessa concepção, Manoel (2004), apontou que “as ideias republicanas, liberais, socialistas, entre outras, atacavam a Igreja Católica, censurada por suas posturas consideradas de caráter conservadora

3.2 Dom Adauto: Discurso sobre o anticomunismo na Paraíba.

O arcebispo Dom Adauto foi exemplo de liderança ultramontana na Paraíba, durante o Movimento Revolucionário de 30 o mesmo não poderia deixar de pronunciar abertamente na imprensa sua posição sobre o referente momento político ao qual o

país estava passando, vejamos as palavras publicadas no jornal oficial da Igreja Católica Paraibana,

Nessa fase delicada da vida do nosso Estado, após tristes sucessos que nos embrulharam a alma, julgamos do nosso dever pastoral um veemente apelo aos nossos caríssimos diocesanos, apelo que é ao esmo tempo uma paterna exortação em prol da paz, da ordem e tranquilidade pública. Permitti que o vosso arcebispo, já encanecido no amanho da vinha que o Senhor lhe confiou, e com nítida visão da gravidade do momento atual, vos aconselhe, nesta hora de incertezas e serias apreensões, para o bem da nossa Paraíba. Deixa-vos conduzir com docilidade, guardando o sentimento do amor fraterno, o espírito de justiça e obediência às leis do nosso país e respeito e acatamento as decisões das autoridades do Estado que nos governam em nome de Deus, inspirando-nos em tudo pelos grandes princípios do cristianismo, na certeza de que fora do evangelho não há senão desordem, luto e calamidades. (A Imprensa, 30 de julho 1930)

O religioso foi fundamental para a legitimidade política dos intelectuais conservadores da década de 30. Utilizando-se dos ensinamentos bíblicos, refletiam o caráter autoritário dos “escritos divinos”. Deus, símbolo máximo do cristianismo, apresenta-se como detentor da palavra, possuidor de todas as verdades, sendo a própria palavra e a verdade. O reflexo dessa autoridade para Dom Aducto era como os receptores dos pronunciamentos identificavam o efeito da verdade indiscutível. A utilização da “palavra de Deus” evitava os questionamentos, pois o dito estava baseado em fatos religiosos incontestáveis.

A família era um dos pilares para a organização do país na década de 30, que para os intelectuais de direita, tinham suas bases ameaçadas com os discursos da modernidade, portanto, era necessário a recatolização e maior envolvimento da Igreja Católica nas questões políticas.

Dom Aducto em carta pastoral de 1928 já alertava seus fiéis sobre o que para ele seria uma “sociedade sem regras” aquela que aderira ao socialismo e o comunismo,

[...]mas o radicalismo socialista, em virtude do tal princípio de independência, proclamado pelos mais responsáveis do bem social, para logo reivindica a perfeita e inalienável igualdade de todos, destróe todo direito de comando, toda obrigação de obedecer, sendo cada um soberano de si mesmo. [...] o comunismo, sob o império da cobiça, erigida em theoria:[...] assegurando aos cidadãos a posse e a transição dos bens adquiridos pelo talento, pelo trabalho e pela economia, por aquilo que eles chamam de *direito de partilha igual*, e que não é mais do que a espoliação dos proprietários. Esse pretendo direito tornou-se o thema do comunismo que não recuou, nem mesmo diante da destruição da família, pela abolição das leis sagradas do matrimonio. Nenhum dos elementos de ordem pública escapa das excommungadas seitas que, para melhor segurarem a sua preza, terminam pelo nihilismo. (CARTA PASTORAL, 1928. p.5)

Assim, para o arcebispo paraibano o socialismo e comunismo seriam a raiz dos “males da sociedade civil”, não poupou palavras. Exortou que “os fiéis não se deixem enganar! O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em campo nenhum a colaboração com ele, da parte de quem quer que deseje salvar a civilização cristã”. É um “sistema cheio de erros e sofismas”. A carta tinha em mente o “perigo ameaçador” do comunismo no país. Assim para Dom Aduato:

Quer possa a Igreja ensinar, sempre livremente, tudo quanto é necessário á eterna felicidade do homem e da sociedade e também para honra das letras, progresso das sciencias, esplendor das artes e engrandecimento da civilização e da Pátria. (CARTA PASTORAL, 1928. p. 24)

O arcebispo fazia parte de um grupo de clérigos que acreditava e pregava a romanização, fazendo uma relação da Igreja com o Estado, orientou-se por um caráter de neutralidade política da Confissão Católica, com a ausência de participação e uma atitude passiva da Igreja, no intuito de reconquistar os espaços perdidos com a mesma e as Igrejas locais, reaplicando esse posicionamento em suas relações com o Estado.

O receio ás práticas comunistas era ponto de partida para o Dom Aduato nas formações de suas enunciações, destacando o mal que a doutrina poderia oferecer á sociedade, pois incitava um sentimento de aversão a esquerda no Brasil. Assim, realizavam uma “guerra santa” contra o comunismo, sendo as divulgações da imprensa uma das principais armas utilizadas para combater as “doutrinas do mal”. Isso se intensificou a partir do movimento dos comunistas no Brasil, pois seria agora chamado de o “perigo vermelho”.

Utilizando o jornal “A Imprensa”, Dom Aduato continua mantendo relações entre a Igreja e o Estado, publicando nas páginas do periódico notícias relacionadas a revolução de 30, vale salientar que esses artigos do jornal, não são apenas de caráter informativo, mas são partidários e carregam consigo palavras de apoio ao movimento, trazendo sempre a ideia que Deus está apoiando o movimento.

O jornal A Imprensa, elaborou uma matéria procurando dar conta do histórico dos comunistas na Paraíba, onde os relacionava como próximos à Aliança Nacional Libertadora e às mobilizações grevistas transcorridas, na tentativa de justificar que os elementos presos eram fomentadores das ideias comunistas e, portanto, da desordem.

Esse período de sorradeira propaganda extremista veio suceder ao advento da Aliança Nacional Libertadora, ruidoso movimento político-social de um nacionalismo de fachada (...) em que pretendia disfarçar-se o comunismo. Vinham assim os extremistas parahybanos se empenhando nessa tarefa de lenta fermentação revolucionária que, a princípio, se denunciava em forma de greves e de outras agitações proletárias (...). (A Imprensa, 08 março, 1936).

Vejamos abaixo a fala de Faustino sobre essa matéria,

No transcurso desse ano, o jornal *A Imprensa* manteve sempre presente em suas páginas notícias onde era frequente a associação do comunismo ao demônio bem como a convocação dos fiéis católicos a se reunirem para deterem os “filhos das trevas” que o seguiam. No momento em que o comunismo passou a ser tomado como um perigo eminente, as lideranças católicas brasileiras começaram a representá-lo como “cria do Satanás”, como mais um inimigo dentre os vários com que os seguidores de Cristo vinham se defrontando desde a Antiguidade, a exemplo da Reforma Protestante e da expansão muçulmana na Europa. (NETO, 2014, p 256)

Por diversas vezes o Arcebispo publica no jornal, trechos de telegramas que mantinha com lideranças políticas e religiosas de outros Estados como ao Arcebispo Primaz da Bahia.

“Arcebispo Primaz.Bahia.

Do Rio Branco pedem-me radiografe vossência para empregar seu valioso concurso perante Presidente fim não haja derramamento de sangue na gloriosa terra Ruy Barbosa ocasião entrada de tropas revolucionárias. Saudações (Ass.) Arcebispo Paraíba.” (A Imprensa 2 de outubro, 1930)

Ao ter conhecimento da vitória definitiva da Revolução, “O Sr. Arcebispo se dirigiu ao Palácio do Governo em companhia do Mons. Odilon Coutinho e do Cônego Rafael Barros, a fim de felicitar o Dr. José de Américo Almeida pelo triunfo tão esperado”. (A Imprensa 25 de outubro, 1930)

Ao mesmo tempo que o Dom Aducto é cordial com as lideranças políticas, podemos perceber que ele também cobra o que para ele é justo para com a Igreja como no caso da secularização dos cemitérios.

A autoridade religiosa propagada por quem discursa tem como objetivo principal o “fazer crer” no conjunto de ideias que são defendidas, por isso, o poder simbólico da autoridade e a concepção de verdade tornam-se importantes para a legitimidade da fala. Em vários instantes, o arcebispo em seus pronunciamentos demonstra que tal autoridade era proveniente da ordem de Deus, tendo-o como apóstolo dos anseios da cristandade.

Isso será mais veementemente a partir de 1931, onde o jornal passa a ser diário, concretizando assim o desejo de Dom Adauto, a qual na Carta Pastoral “Volta do homem e da sociedade para Deus”, foi publicada novamente no jornal como remédio único aos graves problemas político-sociais do momento assim publicava:

“Sem a religião, como elemento essencial da renovação brasileira, é o mesmo edifica-se sobre a areia, pois a religião é a única força coordenadora e capaz de compelir o indivíduo ao cumprimento fiel dos seus deveres temendo a sansão de Deus, a lesão de sua própria consciência. Várias nações, despertando dos mais perigoso dos letargos, já estão permitindo a educação e o ensino religioso nas escolas públicas. A Itália, a Colômbia, a Espanha, a Suécia, a Irlanda e a Costa Rica, formam esse brilhante cortejo de povos que reconheceram o estado de miséria moral a que chegou a infância e a adolescência nos países em que a tirania bolchevista ou maçônica descristianizou a criança, educando-a no ateísmo. [...] A própria sociologia materialista vai fazendo luz sobre a importância social da religião e a infelicidade calamitosíssima do agnosticismo político de todos os tempos. Uma pátria sem altares é uma pátria sem idéias, que rasteja no terra-a-terra das competições mesquinhas.” (A Imprensa 7 de janeiro, 1931)

Na carta pastoral “Das vantagens do ensino religioso”, ele continua devendo o que ele chamava de “bases verdadeira da sociedade civil”,

Entretanto, para tudo harmoniasar-se e todo bem progredir, bataria o seguinte programa – Deus, Pátria, Liberdade e Família. Vice nosso bom povo brasileiro em sua bandeira esse ideal em forma de um arco triumphal, e já seria meio caminho andado para a ordem, a paz e a confiança no Brasil. [...] o povo brasileiro necessita de um ideal e nenhum melhor que este. (CARTA PASTORAL, 1931. p.4)

Para legitimar suas ideologias utilizava-se como base os pronunciamentos do Papa Pio XI, onde o mesmo demonstrou empenho na ênfase dos inimigos da Igreja. Suas encíclicas, como *Quadragesimo Anno*, destacavam os perigos das doutrinas da esquerda. Publicada em 1937 a *Divini Redemptori*, o líder da Igreja destacou a importância da continuidade do combate “aos perigos comunistas”.

Percebemos assim, que a Paraíba, entre 1930 e 1937, a propaganda da ordem e da moral católica foi intensificada no doutrinamento dos indivíduos. A luta contra a desordem social, que, segundo os líderes do clero, era resultado da constante laicização da política, foi observada como uma forma de restabelecer a autoridade do país.

Com isso, a Igreja buscava, neste momento, restabelecer sua posição e direitos que havia perdido quando da implantação da República. O ensino religioso nas escolas públicas era talvez o mais importante; além disto, o reconhecimento de efeitos

civis para os casamentos religiosos, e o direito de os sacerdotes servirem o Exército não como soldados, mas como capelães. Eram estas as "emendas religiosas" que terminaram, finalmente, incorporadas à Constituição de 1934. Nesta época, a desconfiança entre a Igreja e o Estado já se havia transformado em um pacto de colaboração, que ganharia mais tarde sua dinâmica própria.

Portanto, o combate a esquerda nos discursos de recristianização foi tratado como uma questão de manutenção da paz social. Para os religiosos que pregavam o ateísmo e a anarquia política oferecia perigo a condução de uma nação, gerando, desse modo, a desordem nas estruturas que formam a sociedade. As ideias socialistas, comunistas ou anarquistas entre 1930 e 1937, eram consideradas como desordem.

Segundo Balandier (1982), a desordem existe quando o elemento de um conjunto não está em harmonia com o todo. Assim observamos tais características com os discursos de esquerda nos anos de 1930, que para a Igreja, não estavam congruentes com os discursos de restauração da sociedade. Para o autor a desordem pode ser explicada através de três configurações: a resposta total (a ordem totalitária), a resposta da pessoa (a ordem do sagrado) e a resposta pragmática (a ordem pelo movimento)³⁶. Percebemos que esses três pontos foram utilizados pelos poderes político e religioso na relação ordem *versus* desordem nos anos de 1930.

A inversão da ordem não é o seu contrário, é apenas mais um mecanismo de definição de camadas sociais. Os superiores e inferiores são classificados como bem e mal. Aqueles que desobedecem à ordem são demonizados, atestando os superiores como pertencentes do bem. Para Balandier (1982), a ordem e a desordem estão atreladas em um ciclo sem fim. Pois se a contraordem vencer, ela apenas será a nova ordem, perdendo sua caracterização de oposição. Como exemplo temos a inquisição política que lutou contra o poderio religioso e, atualmente é a nova ordem, deixando de ser a classe de inversão.

Além disso, a desordem é necessária para que o poder possa se impor. Inclusive podendo ser permitida ou inserida pelo próprio poder, de maneira a saciar o desejo de anarquia dos súditos – vide cerimônias como o carnaval. É através deste

³⁶ BALANDIER, Georges. A Desordem: um elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P.13 e 45.

mecanismo, das encenações soberbas, que o poder e a hierarquia são instaurados e mantidos em nosso cotidiano desde sempre.

Isso porque os dominados não aceitariam se subjugar sem uma justificativa. É preciso que se faça um sentido, é preciso que se estabeleça um significado, um por que – mesmo que dissimulado – de determinada pessoa assumir um cargo de líder. Somente desta maneira que os dominados se tornam passíveis.

As querelas entre os temas ordem e desordem entre 1930 e 1937 foram importantes para reafirmar os discursos do movimento de Restauração Católica em várias partes do país. Era um momento em que o clero católico combatiam as doutrinas de esquerda, o protestantismo, o espiritismo, a maçonaria, a modernidade, entre outras práticas.

A chamada Doutrina da ordem foi pensada inicialmente por Jackson de Figueiredo³⁷ em suas ações junto com a Dom Leme. O combate à desordem pelo movimento restaurador estava ligado à organização de frentes contra as doutrinas estranhas, as organizações tinham como principal função recatolizar a sociedade e ao mesmo tempo promover o combate à desordem política, social e religiosa.

Portanto, qualquer ação considerada suspeita pela Igreja era atribuída à anarquia social, sendo identificadas em tais atividades estreitas relações com o comunismo. Para pensadores conservadores como Dom Aducto, o vermelho comunista, que significava o sangue dos mártires operários, tornava-se o vermelho do sangue dos brasileiros mortos pelos ataques da esquerda brasileira.

³⁷ Em 1918 converteu-se ao catolicismo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vidal, sob a linha ultramontanista, com a finalidade de congregar leigos e religiosos no aprofundamento da doutrina católica e a revista *A Ordem*, para divulgar a doutrina católica. Através do Centro e da revista, combateu o liberalismo e o comunismo. A atuação passa pelo estudo e difusão da Sã Doutrina da Igreja, apresentando os princípios cristãos de modo adequado a cada público, ou seja, buscando saciar a sede pela verdade com caridade; passa também pelo combate às ideologias revolucionárias e pela tentativa de reverter a grave crise multifacetada que aflige o povo brasileiro, defendendo a moral cristã, a família natural e a Civilização Ocidental e suas conquistas ao bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, analisando a referência ao Estado e a igreja acima, resta claro que a mesma não desejava tornar-se o governo ou parte dele. Ou seja, tinha uma intenção mais ampla, um projeto maior pretendendo que a religião católica intentasse a alma do Estado, uma ligação entre a religião e o poder político assumindo um caráter colaborativo finalizando o bem comum. Na década de 1930, a discussão sobre a manutenção da ordem através da religião foi intensa, buscando a restauração dos indivíduos que para a Igreja estavam em risco social.

Porquanto, enquanto essas transformações se processavam no campo das ideias da época em ritmo acelerado à romanização das Igrejas Católicas europeias, se implantou uma intensa centralização administrativa, restabelecendo a hierarquia, reorganizando a Igreja Católica

Deste modo, isso se justificava pelo fato de que a Igreja e o Estado Brasileiro compartilhavam a mesma jurisdição, o mesmo território, dividido em Estados e nação católica. E, portanto, uma associação de identidade nacional ao catolicismo, pois, o laicismo, o positivismo, o liberalismo e o comunismo, eram ameaças iminentes à identidade e à unidade nacional. Cabendo ao governo aplicar as ações necessárias para a garantia do bem comum da população, que consistia na sua grande maioria ao catolicismo no Brasil.

De posse desta relação entre a Igreja e o Estado, dois aspectos seriam mais que relevantes: a atuação da hierarquia influente da Igreja nos altos escalões do governo; a confiança da Santa Sé contando com a colaboração de um governo com força política a romper a oposição liberal, interferindo assim, em benefício da Igreja mediante a publicação de atos legais, contemplando então interesses católicos.

Além do prestígio A Igreja e o Estado, possuem responsabilidades e obrigações específicas: são responsáveis pela construção e reconstrução constante de uma ordem capaz de gerar nos indivíduos a sensação de segurança e de prosperidade.

A partir daí o conjunto dessas informações serviu para formar um quadro geral da situação da Igreja Católica no Brasil, que incluía, dentre outras ações, a organização do laicato católico como um grupo forte, embora longe de ser satisfatório. Além disso, informações evidenciaram a chegada de um “inimigo” poderoso, ainda que em segundo plano sendo influenciado: o comunismo.

Em tese, esse foi o fundamento de apoio da Igreja Católica às iniciativas do Estado Brasileiro para conter a penetração dos ideais comunistas no país. É difícil imaginar como tal programa poderia pretender se efetivar no clima político dos anos 20 e 30. Por um lado, no entanto, ele dava fundamento a todo um trabalho de reafirmação da fé católica e dos princípios morais da Igreja, que sempre encontrava eco na população ante a demissão doutrinária e ideológica das elites políticas tradicionais, e que já havia servido de base para a atuação cada vez mais intensa. Por outro, a preocupação com a ordem e o horror à ideia de revolução leva a uma aproximação natural entre a Igreja e o poder constituído

Assim, não é apenas o campo político que objetiva sua reestruturação em um período de crises institucionais e embates. No campo religioso, o período da década de 30, também é marcado pelas tentativas de reorganização da Instituição Católica, que objetivava repensar o seu papel, portanto, assumiu um papel de liderança nessas mesmas relações, que somente teriam sido alteradas com a implantação do Estado Novo, a partir do qual os interesses da Igreja local teriam passado para o segundo plano.

Esse modelo rígido e compartimentado pode gerar a falsa ideia de que houve uma descontinuidade nas relações Santa Sé/Igreja local/Estado, que teriam sido condicionadas por rupturas provocadas por fatos políticos como a Revolução de 1930 e o Estado Novo, em 1937. Do ponto de vista da política interna brasileira é possível concordar que esses fatos realmente tenham promovido mudanças e até mesmo rupturas nas estruturas de poder político.

Segundo Balandier (1969) poder está a serviço do “bom funcionamento” de toda sociedade. Ele se diferencia do “costume” ou da “lei” por conta de sua elevada capacidade de coerção e pela necessidade de que um tipo particular de sujeito o exerça. Não basta ao social que um poder seja postulado pelos costumes da coletividade ou pelas leis morais ou jurídicas. O poder precisa ser constantemente reafirmado como uma necessidade a qual não se pode abrir mão, devido à vulnerabilidade intrínseca a toda sociedade. Assim, ele precisa ser exercido pelos atores políticos. Eles dissimulam os conflitos e as hierarquias a fim de que os sujeitos que estão sob seu comando percebam os interesses deles como se fossem os seus próprios.

Em termos gerais, vemos que a Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro no período de 1930 a 1945, mantiveram uma política de apoio e de

benefícios mútuos. Ainda no início do século XX e com maior intensidade a partir de 1930, a Igreja perseguiu objetivos centrais.

O movimento de restauração Católica sob a liderança do Cardeal Sebastião Leme trouxe força e unidade aos objetivos compartilhados com o clero conservador entre 1093 e 1937, organizando instituições e publicações para a divulgação das ideias religiosas em diversas partes do país, inclusive na Paraíba sob a liderança do Arcebispo Dom Adauto, amigo de Dom Leme. Observamos durante a pesquisa que o político utilizou-se dos discursos religiosos para sua validade entre os indivíduos que reivindicavam mudanças nas questões sociais.

Assim, concluímos que a consequente "romanização" da Igreja Católica teve, entre outras consequências, um alinhamento muito mais próximo da Igreja brasileira com o ultramontanismo de Roma, um grande fluxo de padres estrangeiros para as paróquias brasileiras, e a busca de um papel político mais claro e significativo do que aquele a que a Constituição Republicana lhe destinara.

Nesse momento, a Igreja Católica encontrou espaço para propagação do seu discurso de salvação da sociedade e solução da crise liberal, recebendo apoio de vários movimentos, num clima de consentimento social e percepção do papel da religião nos problemas brasileiros dentro de uma sociedade de predominância da fé católica.

REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

Aires, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba** / José Luciano de Queiroz Aires. – João Pessoa: 2006.

AZEVEDO, Thales de. **A religião Civil Brasileira: um instrumento político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

AZZI, Riolando. **O Início da Restauração Católica no Brasil (1920-1930)**. São Paulo, Loyola, 1977.

_____. **Os Bispos Reformadores. A segunda evangelização do Brasil**. Brasília: SER – Editora Rumos, 1992. p. 09

_____. **Participação dos católicos na Imprensa**. Texto inédito. 200_. p. 05

BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mal uso dos arquivos. In: Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky (org.). 2.ed., 1ª impressão. Ed. Contexto. São Paulo, 2008.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Ed. Nova Prova. Porto Alegre, 2007.

BALANDIER, G. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

_____. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982

_____. **A Desordem: um elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. P.13 e 45.

BERSTEIN, Serge. “**A Cultura Política**”. In: **RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François (org.)**. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 13-36.

BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**. Petrópolis: Vozes.1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso**. In: Bourdieu, Pierre. Sérgio Micelli (org.), 5 ed. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2004.

BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das religiões no Brasil**. Recife: UFPE, 2002, 2v.

BRUNEAU, Thomas. C.. **Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário**. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1979.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DIAS, Romualdo Dias. **Imagens de Ordem: A doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista,1996.

ELMIR, apud AGUIRRE, Alexandre. Flores da Cunha: **Relação política administrativa com Passo Fundo e região norte do RS, nas páginas de O Nacional (1930-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2012.

FERREIRA, Lúcia Guerra. **Igreja e Romanização: Implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910)**. Tese de Doutorado em História – USP. 1994.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano. V.9,3: Sociedade e Instituições [1889-1930]**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: **FAZENDA, Ivani(org.)**. **Metodologia da pesquisa**

educacional. Ed. Cortez. São Paulo, 1989. (Biblioteca da educação. Série 1- escola; v.11).

GARCIA, Elenira Martins Sanches. **A Educação do homem do campo (1920-1940).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, Itatiba – SP, 2006.

GOMES, Daniela Gonçalves. **Ordens terceiras e o ultramontanismo em Minas: catolicismo leigo e o projeto reformador da Igreja Católica em Mariana e Ouro Preto (1844-1875).** Dissertação apresentada ao PPGHIS da Universidade Federal de Ouro Preto, maio de 2009. p. 22-23

GOMES, **Francisco José da Silva.** **A Igreja e o poder: representações e discursos.** In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. (Org.) *A vida na Idade Média.* Brasília: UNB, 2004.

GUIMARÃES, Romério Lima. GOMES, Jordan Queiroz. **Cultura Política e (Re)Leituras do Passado: Os Jornais “Gazeta do Sertão” e “Verdade” na recepção das ideias republicanas na Paraíba (1888-1889).** Artigo para conclusão de curso UVA. Paraíba. 2016, 20 pág.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas: 1985-1945.** João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere.** Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977.

HENRIQUES, Dom Adauto Aurélio de Miranda. **Cartas Pastorais 1894 / 1935. Paraíba do Norte.** Arquidiocese da Paraíba. AEPB - Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História.** Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1998.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500 – 1964,** São Paulo. Companhia de letras, 1993.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1922-1939: Pio XI). **Carta encíclica Quadregésimo ano: Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social**

em conformidade com a Lei Evangélica no XI aniversário da encíclica de Leão XIII «*Rerum Novarum*». Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno_po.html. Acesso em: 18 nov. 2019.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, Francisco. **D. Adauto: subsídios bibliográficos**. 2ª Edição (1855 / 1915). João Pessoa: Editora Unipê, 2007. Vol.1.

_____. **D. Adauto: subsídios bibliográficos**. 2ª Edição (1915 / 1935). João Pessoa: Editora Unipê. 2007. Vol.2.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nós e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. Ed. Contexto. São Paulo, 2008.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil – República: Cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo. Paulinas, 1991.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**, 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MAINWARING, Scott. **Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil**. Lua Nova, 1989.

MARCONES FILHO, Ciro. **Ser Jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. Ed. Paulus, São Paulo, 2009.

MALATIAN, Teresa. **Cartas: Narrador, registro e arquivo**. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina (orgs.). O historiador e suas fontes. Ed. Contexto. São Paulo, 2009.

MANOEL, Ivan. **A. O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1885)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MARCHI, Euclides. **“Igreja e Estado Novo: visibilidade e legitimação”**. In: SZESZ, Cristiane Marques (Org.). Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

MELO, José Otávio de Arruda. **Tensão Social e Revolução na Paraíba**, curso 2001, 1974.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba – Lutas e Resistência**. 12. ed. – Paraíba: Editora A União, 2013.

MELLO, Jose Octavio de Arruda. **A Paraíba e a Década de Vinte**. IN: **João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30: exposições e debates / do II SPCB**. João Pessoa: Editora A União, 1979. p.163-214.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha, **Igreja Católica do Brasil: Uma Trajetória Reformista (1872-1945)**, Recife, 1988.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. **A Igreja Católica na Paraíba republicana: romanização e “males” a serem combatidos**. Revista Paraibana de História, ano I, n. 1, 2º semestre de 2014.

NÓVOA, António; BANDEIRAS, Filomena e TEIXEIRA, PAULO, João Carlos e TEIXEIRA, Vera (Orgs.). **A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório Português**. In: CATANI, Denice Barbara e BASTOS, Helena Câmara (Orgs.). Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação. Ed. Escrituras. São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro **“Estruturas de Igreja e Conflitos Religiosos”**, in Pierre Sanchis (org.), **Catolicismo: modernidade e tradição**. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

OLIVEIRA, Pedro A. R. **Catolicismo Popular e a Romanização do Catolicismo Brasileiro**. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, 1986.

PEREIRA, Ferdinand Cavalcante. **Nota de aula nº 4. Sociologia da violência simbólica (Bourdieu)**. UFPI/CCHL/PPGS/Mestrado em Sociologia. Teoria Sociológica II. Teresina, 2013, 22p.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2ª Ed, 2003.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000;

REMOND, Rene (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Ana Maria Moog. **“Introdução”**. In: **A Igreja na República**. Brasília: UnB: Câmara dos Deputados, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Cezar José. **DOM ADAUTO DE MIRANDA: As multifaces do primeiro bispo da Paraíba**. Pós. Graduação (Licenciatura em História), Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

SOUSA JUNIOR, José Pereira. **Estado Laico, Igreja romanizada na Paraíba republicana: relações políticas e religiosas – (1890-1930)**. Tese de Doutorado em História, UFPE, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, originalmente publicada em 1966.

THEIJE, Marjo. **Tudo o que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 2002.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Ed. Da UNICAMP. Campinas, SP, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal Diário como Fonte e como Tema para a Pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre a imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920.** In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda(Org.). Cinco Estudos em História e Historiografia da Educação. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2010.

FONTES

CARTAS PASTORAIS PUBLICADAS POR D. ADAUTO.

Entre 1894 a 1935, foram publicadas no jornal oficial da Igreja católica em solo paraibano cerca de 29 cartas, assim distribuídas.

1. Saudando aos seus Diocesanos (1894)
2. Carta reservada aos reverendos vigários de diocese (1897)
3. Sobre o sacerdócio e o seminário diocesano (1897)
4. Devoção do Sagrado Coração de Jesus e sua influencia social (1898)
5. A consagração do gênero humano ao Sagrado Coração de Jesus (1900)
6. A preparação próxima da Diocese para a solene homenagem a Jesus Cristo e ao vigário na terra (1900)
7. A extensão e prorrogação do grande Jubileu (1901)
8. Dos males da ignorância religiosa (1905)
9. Do zelo sacerdotal (1907)
10. Deus e a Pátria (1909)
11. Aos fiéis da Freguesia de Bananeiras (1910)
12. Execução á Bula de criação da diocese de Natal (1910)
13. Da Santidade e do Ministério Sacerdotal (1914)
14. Comunidade a elevação da Paraíba a Metrópole (1914)
15. O Parochiato (1916)
16. Da natureza do Governo Eclesiástico (1917)
17. Do dever de gratidão para com Deus (1917)
18. Tudo pela Pátria nada sem Deus (1917)
19. Do nosso dever para com a imprensa (1918)
20. Da Sagrada Eucharistia (1919)
21. Festas Jubilares (1919)
22. O segredo de nossa felicidade (1922)
23. A volta do homem e da sociedade para Deus (1923)
24. Da correspondência as Graças Divinas (1926)
25. Doutrina contra Doutrina (1928)
26. Propagação de Fé e Instrução Religiosa (1930)
27. Das vantagens do ensino religioso (1932)

28. O Santo Jubileu (1934)

29. Sobre o encerramento do ano Jubileu (1935)

Encíclicas Papais

LEÃO XIII, Papa. Carta **Encíclica *Quod Apostolici Muneris*** - *Sobre o socialismo e comunismo* (28 de dezembro de 1878). Petrópolis: Vozes, 1951.

_____. **Carta Encíclica *Rerum Novarum*** – *Sobre a condição dos operários* (15 de maio de 1891). In: DE SANCTIS, Antônio (Org.). **Encíclicas e Documentos Sociais**. São Paulo: Edições LTR, 1972, p. 25-55.

PIO IX. Papa. Carta Encíclica *Qui pluribus*. (09 de novembro de 1846). In: **Documentos de Gregório XVI e de Pio IX (1831-1878)**. São Paulo: Paulus, 1999: 78-95. (Documentos da Igreja 06).

_____. Carta Encíclica *Divini Redemptoris* – *Sobre o Comunismo Ateu* (19 de março de 1937). **Documentos Pontifícios**. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1959: 119-130.